

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Maria do Carmo Becker Caldeira**

**HOMENS DA POLÍTICA: A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GERAL  
DA PROVÍNCIA DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1828-1829)**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**Maria do Carmo Becker Caldeira**

**Homens da Política: A primeira experiência do Conselho Geral da Província de Rio Grande de São Pedro (1828-1829)**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

**Porto Alegre**

**2022**

Maria do Carmo Becker Caldeira

HOMENS DA POLÍTICA: A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GERAL DA  
PROVÍNCIA DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1828-1829)

Monografia de conclusão de curso apresentada  
ao Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciada  
em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre, outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adriano Comissoli

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

---

Prof. Dr. Jurandir Malerba

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às Graças de Deus e de Nossa Senhora, sem elas este trabalho não seria possível.

Assim como o Brasil do início do século XIX, sou um mosaico de experiências e vivências deixadas por diversas pessoas que passaram pela minha vida, não apenas durante meus anos de graduação, mas também durante meus vinte e três anos de vida.

Minha família compõe parte grande deste mosaico. Agradeço ao meu pai Marcelo, de quem adquiri grande interesse pela História do Rio Grande do Sul; agradeço à minha mãe Beatriz que sempre vibrou comigo nos momentos felizes e sempre me carregou nos momentos mais necessários; agradeço aos meus irmãozinhos: Maria Clara, Maria Giana, Maria Isabel e Pedro, que muitas louças e afazeres de casa lavaram e fizeram por mim durante a graduação, para que eu pudesse concluir diversos trabalhos que as disciplinas acadêmicas exigiam. Sei que estou em dívida de louças com vocês.

Outra parte importantíssima desse mosaico é composta pelas escolas públicas que estiveram presentes durante toda a minha educação básica. Agradeço, de coração, a todas e todos os meus professores da EMEF Neusa Goulart Brizola e do Colégio Estadual Protásio Alves que, desde sempre me ensinaram a lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Concluir esta etapa da minha vida também é fruto do trabalho de cada um de vocês.

Compõe também este mosaico a Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul, a quem durante seis anos da minha vida aprendi, através da música e do convívio diário tocando em uma orquestra, a respeitar a diversidade, a conviver com o próximo e a acolher meus sentimentos despertados pela musicalidade. Muito mais do que janelas, vocês me abriram portas de oportunidades para um mundo que eu jamais teria contato, com pessoas extraordinárias.

Este mosaico também é preenchido por pessoas que tornaram os anos de graduação mais divertidos e acolhedores. Agradeço à Daiana, a Gabriela e ao Rafael que conheci durante esta trajetória.

Não posso deixar de lado amigos de longas datas que há anos deixam este mosaico ainda mais colorido. Agradeço ao Gustavo e a Wânia que me acompanham desde o ensino fundamental e à Nathália e Dyuli que estão ao meu lado desde o ensino médio.

Não poderia esquecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e todas professoras e professores que atuaram na minha formação, além das diversas oportunidades que me foram concedidas ao longo da graduação em uma instituição pública.

Agradeço ao professor Jonas Moreira Vargas que, ainda no projeto de pesquisa, me apontou um horizonte e muitas possibilidades que resultaram na escolha deste assunto para o trabalho. Também deixo um super obrigada pela receptividade a toda equipe do Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, com quem passei boas tardes fazendo a pesquisa documental para desenvolver este trabalho.

Por fim e não menos importante, deixo um agradecimento de todo coração ao professor e meu orientador Fábio Kühn que, sempre com muita ternura e dedicação, conduziu os meus passos durante todo o processo de construção deste trabalho.

A todas e todos vocês agradeço por formarem a parte mais linda desse mosaico.

## RESUMO

Os Conselhos Gerais de Província surgiram com a Constituição de 1824 e apenas em 1828 tiveram sua regularização e passaram a atuar nas diversas Províncias do Brasil recém independente. Sem possuir o poder legislativo e apenas tendo um papel propositivo, os Conselhos foram fundamentais para um primeiro aprendizado político das elites regionais. A partir dessa perspectiva, objetiva-se apresentar os conselheiros presentes no Conselho Geral da Província de São Pedro, durante os anos de seu funcionamento, e os projetos apresentados durante a primeira experiência deste órgão na mesma província, entre o período de dezembro de 1828 e janeiro de 1829.

**Palavras-chave:** Conselho Geral de Província; Rio Grande de São Pedro; conselheiros.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>1 - A INDEPENDÊNCIA E O CONTEXTO POLÍTICO DE SURGIMENTO DOS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA</b>	<b>11</b>
1.1 UMA BREVE RETOMADA: ALGUMAS DISCUSSÕES A RESPEITO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA	12
1.2 A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E AS ELITES PROVINCIAIS	16
1.3 O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NESTE CENÁRIO	20
<b>2 - <i>REUNIDO O CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA NA SALA DESTINADA AS SESSÕES (...) DECLAROU O SR. PRESIDENTE ABERTA A SESSÃO: O INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO</i></b>	<b>25</b>
2.1 A FORMAÇÃO DOS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA	25
2.2 OS HOMENS DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	29
<b>3 - <i>PORTANTO, PROPONHO A ESTE ILUSTRE CONSELHO: FUNCIONAMENTO E PROJETOS APRESENTADOS PELO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO</i></b>	<b>41</b>
3.1 O FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES DO CONSELHO	41
3.2 AS PROPOSTAS APRESENTADAS NA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>53</b>
<b>FONTES</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

No dia primeiro de dezembro de 1828, na capital da Província de Rio Grande de São Pedro, Porto Alegre, reuniram-se onze homens para dar início à Sessão de Instalação do Conselho Geral da Província de São Pedro. Esta era a primeira reunião<sup>1</sup> de tantas outras que ocorreriam durante dois ou mais meses entre os anos de 1828 e 1834.

O cenário desta primeira reunião era de um Brasil recém independente, que passava por um processo de formação de suas instituições e, principalmente, de constituição de uma identidade nacional que unificasse o mosaico de múltiplas cores do Império.<sup>2</sup> Deste contexto também faziam parte as diversas discussões e projetos nacionais para a nação que estava sendo gestada. Entre as interpretações mais consagradas a respeito da formação do Estado brasileiro, a partir do século XIX, está a de José Murilo de Carvalho, pela qual a unidade política teria prevalecido à fragmentação e uma elite nacional, afastada dos interesses provinciais, organizaria um projeto para toda a nação. Segundo Carvalho, essa elite central diferenciava-se ideologicamente da provincial, que por sua vez estava interessada nos afazeres locais e contida em suas respectivas províncias.

A imposição da elite nacional sobre as elites provinciais teria aberto a possibilidade de construção de um projeto centralizador, neutralizando os interesses regionais das províncias. Apesar de algumas diferenças nas interpretações em relação à construção do Estado brasileiro, obras como as dos historiadores Ilmar de Mattos e Maria Odila da Silva Dias, e do intérprete da história brasileira Sérgio Buarque de Holanda, apresentam uma perspectiva de centralização do território brasileiro como herança colonial e capacidade das elites centrais, que desligaram-se de suas províncias, na construção de um projeto nacional, principalmente após o movimento conservador da década de 1840, conhecido como Regresso, que substituiu a descentralização do período regencial.<sup>3</sup>

Neste trabalho de pesquisa não adotarei as percepções dos autores acima citados pois, apesar de apresentarem contribuições importantes para a historiografia da construção da nação brasileira durante o século XIX, há novas percepções mais atualizadas a respeito deste período.

---

<sup>1</sup> A Sessão de Instalação era a primeira após as duas Sessões Preparatórias.

<sup>2</sup> JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. p. 75-127.

<sup>3</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 13-14



Dentre estas novas contribuições está a de Miriam Dolhnikoff, na obra *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*, de 2005, onde o projeto federalista<sup>4</sup> teria saído vencedor, apesar das concessões políticas que precisou fazer ao longo do XIX. Neste cenário, as elites provinciais tiveram um papel importante na construção do Estado brasileiro através da participação ativa, tanto da política provincial quanto da política central. Este arranjo foi possível, segundo Dolhnikoff, a partir das reformas liberais de 1830, mais especificamente a partir do Ato Adicional de 1834.<sup>5</sup> Todavia, antes deste período as elites regionais já demonstravam uma certa atuação nas atividades e instituições políticas que surgiam. Os Conselhos Gerais de Província, como primeiro palco de uma organização política institucional em nível provincial, demonstram isso.

Com a outorga da Constituição de 1824 surgem os Conselhos Gerais de Província que só passam a ter uma atuação, com regimento próprio, a partir de 1828, através da Lei de 27 de agosto. No caso da província meridional, o órgão passa a atuar durante a Guerra da Cisplatina, em um contexto de disputas do Império e da própria região de São Pedro pelo território da Banda oriental.

Deste modo, levando em consideração que os Conselhos Gerais de Província, neste caso de Rio Grande de São Pedro, foram o primeiro palco de atuação das elites políticas provinciais, dando fôlego para que mais tarde sejam criadas as Assembleias Legislativas, o problema de pesquisa deste trabalho consiste em analisar quais as pautas propostas e discutidas pelos homens do Conselho Geral da Província de São Pedro entre dezembro de 1828 e janeiro de 1829.

Para que isso se realize, foram definidos os seguintes objetivos.

O objetivo geral é contribuir para o conhecimento das elites políticas da Província de São Pedro, no início do século XIX. Os objetivos específicos são:

- a) compreender quem eram os homens que compunham as sessões do CGP de Rio Grande de São Pedro;
- b) analisar os projetos expostos na primeira experiência do CGP de São Pedro;
- c) destacar os assuntos tratados no CGP de São Pedro que abrem caminhos para outras investigações.

---

<sup>4</sup> É importante perceber que, na obra de Dolhnikoff, o conceito de federalismo é utilizado como uma organização institucional que possibilita maior autonomia às províncias, perante as intervenções do governo central, tendo como exemplo os Estados Unidos.

<sup>5</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

Assim como no centenário, o bicentenário da Independência do Brasil conta com uma explosão de produções que geram novas discussões em torno de um assunto que, por mais que pareça, nunca se esgota completamente, sempre deixando margens para que novas pesquisas surjam. Neste sentido, pensar na construção do Estado brasileiro da época e nos diversos projetos em disputa nos remete aos agentes e órgãos que fizeram parte deste cenário. Levando isso em consideração e, tendo em conta a participação ativa das elites provinciais neste processo de consolidação de um Brasil, apresento este trabalho como uma pequena contribuição de análise a respeito da experiência política institucional concentrada no Conselho Geral da Província de São Pedro.

Trabalhar com este Conselho no Rio Grande de São Pedro é complexo na medida em que os estudos sobre este órgão são escassos e não apontam detalhes específicos a respeito do funcionamento deste órgão nesta região e das discussões que ocorriam nas sessões.

A tese de Adriano Comissoli, *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*, de 2011, trabalha com as elites meridionais no início do século XIX, apresentando uma relação entre a elite central e provincial, ao mesmo tempo em que identifica uma elite regional que atua nos âmbitos políticos, administrativos, econômicos e culturais. Nesta pesquisa, Comissoli<sup>6</sup> já apresenta elementos importantíssimos a respeito do Conselho Geral da província de São Pedro, descrevendo a dinâmica da política provincial no início do séculos XIX, oferecendo tabelas a respeito da composição do Conselho e abordando uma análise de quem eram os representantes da elite que atuavam no órgão.

Pesquisas que abordam a atuação do CG em outras províncias também auxiliaram e foram referência na construção deste trabalho, como é o caso da tese de Nora Oliveira,<sup>7</sup> *Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia 1828-1834*; a tese de Renata Silva Fernandes,<sup>8</sup> *As Províncias do Império e o “governo por Conselhos”: O Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834)*, sobre os Conselhos de Minas; a tese de Tese de Carlos Eduardo França de Oliveira,<sup>9</sup> *Construtores do império*,

---

<sup>6</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. *Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834)*. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

<sup>8</sup> FERNANDES, Renata Silva. *As Províncias do Império e o “governo por Conselhos”: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834)*. 2018. 733 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. 2014. 416 f. Tese (Doutorado

*defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*, que aborda tanto o Conselho de São Paulo como o de Minas; e a tese, lançada também como livro, de Andréa Slemian,<sup>10</sup> *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, pesquisa que trabalha com o Conselho Geral e o Conselho de Governo de São Paulo.

Além disso, compreender os projetos apresentados pelo Conselho Geral consiste em saber quem eram os homens por trás deste órgão. Para isso, faço uma breve análise do perfil de alguns homens pertencentes à elite provincial que atuavam no Conselho. Neste trabalho o conceito de elite é utilizado para definir um grupo específico que ocupa recintos de poder econômicos, culturais, sociais e, neste caso, políticos, consequentemente possuindo um destaque do restante da sociedade.<sup>11</sup> É importante ressaltar que durante o desenvolvimento da pesquisa não utilizei uma análise prosopográfica, já que ela consiste em um estudo de biografias coletivas, tratando-se de um método de pesquisa utilizado inicialmente pela sociologia, que mais tarde também passou a ser utilizado pela história; em que ocorre “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas”<sup>12</sup>. Trata-se de definir perfis coletivos de um grupo de indivíduos a partir de seus dados biográficos. Para este tipo de análise seria necessário obter um leque de documentações a respeito de cada um dos vinte e um homens que atuaram no conselho todavia, neste trabalho, apenas apresento breves biografias encontradas em outras produções que abordam alguns destes conselheiros.

Para Stone, entender as origens e condições dos atores sociais é uma peça-chave na compreensão das instituições compostas por eles, já que oferece ferramentas que possibilitam ao historiador uma melhor análise dos discursos e dos documentos produzidos por estes indivíduos.<sup>13</sup> Nesse sentido, entender a origem de alguns destes homens foi necessário para a compreensão da origem dos discursos e projetos do Conselho Geral de Rio Grande de São Pedro.

As documentações utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa consistem nas Atas do Conselho Geral da Província de São Pedro e no Livro de Propostas deste mesmo órgão,

---

em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

<sup>10</sup> SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009.

<sup>11</sup> BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

<sup>12</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. p. 115.

<sup>13</sup> *Ibid.*

ambas as fontes são manuscritas e estão conservadas no Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro busco analisar o contexto em que os Conselhos Gerais de Província surgiram, apresentando uma breve discussão a respeito de alguns debates a respeito da Independência, das disputas pela formação de um projeto nacional e colocação da província de Rio Grande do Sul de São Pedro neste cenário, relacionando autores que já trabalharam com a elite meridional deste período. O segundo capítulo apresenta o surgimento dos Conselhos Gerais de Província no âmbito legal e os homens que atuaram neste órgão na Província de São Pedro. Por último, na terceira parte, demonstro como funcionavam as reuniões do Conselho nesta Província e faço uma análise dos projetos apresentados durante a sua primeira atuação, entre dezembro de 1828 e janeiro de 1829.

## 1 A INDEPENDÊNCIA E O CONTEXTO POLÍTICO DE SURGIMENTO DOS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA

Antes de tratar diretamente do Conselho Geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ou seja, antes de pensar e estudar a composição do Conselho, como era seu funcionamento, quem eram os homens que o compunham, quais as pautas discutidas nas sessões; é necessário compreender o contexto em que este órgão estava inserido. Aqui, por contexto, quero dizer em que cenário sócio-político este conselho funcionava; o que estava acontecendo durante estes anos, 1828 a 1834, no âmbito do Império brasileiro e que tipo de formação nacional existia nessa época.

Os conselhos gerais tiveram seus anos de vida em um momento de significativas modificações na vida política do Brasil, passando pelo período do Primeiro Reinado e adentrando o período Regencial. Durante estes anos, o território brasileiro passava pela formação de um projeto constitucional. O Primeiro Reinado, concentrado nas mãos de D. Pedro I, é um momento de início da consolidação do Império brasileiro e de constituição de uma elite política que não era homogênea, pelo contrário, era formada por uma elite econômica: senhores de engenho, criadores de gado, cafeicultores, fazendeiros, donos de escravos, produtores de charque; uma elite intelectual: magistrados, jornalistas, advogados; uma elite militar e uma elite pertencente ao clero. Estes homens, durante os primeiros anos pós-independência, assumiram a característica de elite política e iniciaram seus debates e conflitos a respeito de um projeto de construção do Estado brasileiro, então em formação.<sup>14</sup>

Quando adentramos o Período Regencial, vemos que estas elites, antes em formação, já estão mais adaptadas ao meio político e às instituições brasileiras, inclusive, parte desta elite: os liberais moderados, que eram maioria no Parlamento da época, reclamam por maior autonomia para as províncias e localidades, resultando, em 1834, no Ato Adicional, explicitando a condição de monarquia federativa da nação, que permanecia unida e com o poder centralizado no Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

Pensando nestas e em outras questões e, apesar deste trabalho ter seu marco cronológico inicial em 1828, é necessário retroceder alguns anos, analisar algumas discussões a respeito da Independência política do Brasil<sup>16</sup>, pensar em como o projeto de formação e

---

<sup>14</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>15</sup> *Ibid.* O período regencial também marca um momento de diversos conflitos em diferentes partes do país, sendo protagonizados por distintos setores sociais. Como neste trabalho o foco não está no período em questão, tampouco na eclosão destas revoltas, não tratarei sobre este tema aqui.

<sup>16</sup> O marco cronológico para o processo de Independência não inicia em 1822, para uma discussão mais profunda a respeito deste assunto é necessário retroceder a 1808, com a chegada da Corte ao território

identidade nacional foi desenvolvido, quem eram os atores envolvidos e interessados nele e quais as suas particularidades na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

## 1.1 UMA BREVE RETOMADA: ALGUMAS DISCUSSÕES A RESPEITO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Ao tratar das discussões em torno do processo de Independência, um dos trabalhos centrais e importantes que deve ser mencionado, é o de Maria Odila Leite da Silva Dias, que representou um marco na historiografia a respeito do tema. Na obra *A Interiorização da Metrópole*, a autora busca enriquecer o debate em torno do processo de separação política do Brasil com Portugal, ao mesmo tempo em que contrapõe e complementa a historiografia até então vigente.<sup>17</sup> O problema central de pesquisa de Dias é encontrar as dinâmicas internas que levaram a colônia à separação política da metrópole. Antes, a historiografia atribuía a gênese da separação política ao conflito de interesses entre nativistas e portugueses.<sup>18</sup> Mesmo que esta historiografia estivesse bem fundamentada, cometeu certos vícios de interpretações por enfoque europeizantes, “entre os quais avulta o da imagem de Rousseau do colono quebrando

---

lusu-americano e o conseqüente processo de interiorização da metrópole. É sempre importante recordar que as datas são importantes como marcos, para nos situar no tempo, todavia os processos históricos que ocorrem ultrapassam os limites cronológicos. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>17</sup> Exemplos: Caio Prado Júnior, analisa o processo de Independência em duas obras: *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Na primeira publicação, através do prisma do materialismo histórico dialético marxista, o autor enxerga no conjunto do processo a contradição central entre proprietários territoriais lusu-americanos e a burguesia mercantil metropolitana que, conseqüentemente, abria caminhos para o surgimento de lutas populares de escravos, homens livres e pobres durante todo o período regencial, impedindo que houvesse uma consolidação da ordem. Para Caio Prado, a Independência como *Revolução*, desdobra-se entre 1808 e 1831, podendo prolongar-se até 1850 (a partir do estabelecimento das forças da ordem). “Essa visão alongada do processo procurava dar conta, simultaneamente, da ideia de revolução e da identificação do seu caráter conservador. Por outro lado, ela tornava mais complexo o quadro da luta de classes, procurando compreender os mecanismos de exclusão popular no processo de consolidação da ordem política do Império” (COSTA, Wilma Peres. *A Independência na historiografia brasileira*. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 78). No decorrer da segunda obra, Caio Prado reforça ainda mais a ideia de continuidade colonial no Brasil Independente. É justamente na Colônia que se encontra a chave para compreender a formação do Brasil Contemporâneo. Para manter o tripé da monocultura, escravidão e latifúndio a elite supera suas diferenças, possibilitando a permanência territorial. Sérgio Buarque de Holanda, em *A Herança Colonial: sua desagregação* (1961) e *História da Civilização brasileira* (1962), estuda a independência como momento de uma formação da nacionalidade e identidade brasileira onde se articula a capacidade de negociação das diversidades. Emília Viotti da Costa, em sua *Introdução ao estudo da emancipação política* (1980), através de uma perspectiva marxista (como Caio Prado Júnior), observa a crise do Antigo Regime, a força do liberalismo e a existência da escravidão como propostas para o rompimento político entre Brasil e Portugal, todavia permanecendo a dependência econômica. Para uma melhor compreensão a respeito da história sobre a historiografia da Independência, cf. COSTA, *op. cit.*

<sup>18</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 10.

os grilhões do jugo da metrópole”.<sup>19</sup> A esta historiografia coube o papel de definir os processos externos, agora Dias apresenta os mecanismos internos que levaram à separação política da metrópole, processo que ela não define como Independência.

A vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, deu início ao processo de Interiorização da Metrópole, onde há o enraizamento português na colônia. Este processo de “crioulização da elite metropolitana” ocorre por meio de construções e reformas feitas no centro-sul do território luso-americano, no estabelecimento de firmas de negócios, dentre outros fatores que metropolizam o Rio de Janeiro, enquanto outras capitanias sofrem com a intensificação da colonização portuguesa. A centralização do poder nas mãos da monarquia era a garantia das classes dominantes de evitar possíveis revoltas das classes populares. Existia um temor entre estas classes de que a entrada de ideias jacobinas e outras influências externas, como a própria revolução do Haiti, suscitasse manifestações das classes populares, principalmente dos negros e mulatos. Desta forma, um imaginário de consciência nacional surge apenas mais tarde. Diferente de como ocorre na maioria dos países da América espanhola, onde existe uma oposição colônia/metrópole, no Brasil há o enraizamento dos interesses portugueses das classes dominantes, centralizados na Coroa, proporcionando o fortalecimento destas elites.

Na concepção da obra de Dias,<sup>20</sup> a interiorização da metrópole proporciona um prolongamento do passado colonial, um processo de continuidade da dominação da metrópole sobre a colônia. Desta forma, o olhar interno para a colônia e suas dinâmicas torna-se essencial para compreender os processos e as características da classe dominante e o porquê da continuidade das instituições no Brasil separado de Portugal. Consequência do medo que as elites possuíam das classes populares, suprida pela presença da autoridade central da Coroa; a criação nacional não se deu concomitantemente com a emancipação política, pois àquelas não queriam comparar-se à estas.<sup>21</sup>

Estudos mais atualizados, que ultrapassam o debate sobre o quanto de permanências e o quanto de mudanças a Independência brasileira trouxe, surgem e apresentam uma perspectiva que busca analisar a formação do Estado nacional, percebendo que o processo de Independência apresentou tanto mudanças quanto continuidades. Dentre eles destaco os trabalhos de João Paulo Pimenta e István Jancsó que, em relação ao trabalho de Maria Odila

---

<sup>19</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 11.

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> Aqui, Dias contrapôs-se à visão de Sérgio Buarque de Hollanda a respeito de uma formação nacional juntamente com o processo de Independência.

da Silva Dias, apresentam, nos estudos sobre Independência, um processo de descontinuidade colonial. Neste sentido, a construção do Estado nacional ocorre no âmago das contradições e divergências da sociedade da época.

O livro *Independência: história e historiografia*, organizado por István Jancsó<sup>22</sup> e publicado em 2005, introduz novas perspectivas e novos debates em torno do que consideramos o processo de Independência. Com a participação de 27 historiadores, a obra traz um conjunto de abordagens que se dividem em cinco partes: *Historiografia da Independência*, *Independência e abrangências imperiais*, *A Independência nas partes do Brasil*, *Instrumentos da política* e *Ideias e interesses*. Através de uma análise do passado colonial e da visão de uma América portuguesa como uma construção de diversas formações sociais e econômicas, espalhadas pelos diferentes cantos do território; a obra apresenta as especificidades do processo de independência em cada região da América lusa, suas movimentações políticas e as articulações das elites regionais. Os historiadores não descartam o papel das massas neste período que, mesmo não tendo participado das decisões políticas dos órgãos oficiais, exerceram grande pressão política nas elites.

A grande contribuição que esta historiografia organizada por Jancsó trouxe e ainda traz é a análise do período do século XIX como uma consequência da crise do Antigo Regime e não apenas como um processo linear que leva à independência do território luso-americano em relação a Portugal. Além disso, a obra apresenta o processo de Independência nas diferentes partes do Império e suas relações com o centro político, localizado no Rio de Janeiro. Esta análise contribui para o deslocamento do lócus do processo, que culmina em 1822, que em sua maior parte esteve localizado na região centro-sul, e oferece a possibilidade de entendermos a multiplicidade desta dinâmica em outras províncias que formavam as diferentes *peças do mosaico brasileiro*<sup>23</sup>.

Entender este mosaico implica no entendimento do que representava a sua moldura, ou seja, o Estado que mantinha a união entre estas diferentes regiões. O texto *Peças de um mosaico*, de Jancsó e Pimenta, apresenta a perspectiva da construção do Estado brasileiro como uma união entre distintas peças de um mosaico, no qual diferentes projetos políticos nacionais entravam em disputa.

Nesta perspectiva, a nacionalidade brasileira e o próprio processo de emancipação política, foram construídos na complexidade multifacetada das diferentes esferas de

<sup>22</sup> JANCÓS, István. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

<sup>23</sup> JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. p. 75-127.



organização do poder das distintas partes do Império. Desta forma, as diferentes regiões apresentam temporalidades e manifestações próprias.

Os autores também trazem novidades quanto ao vocabulário político da época, nos permitindo fazer comparações com as concepções que temos de *nação*, *país* e *pátria* atualmente. No Brasil dos oitocentos, não existia uma identidade nacional como hoje conhecemos. A ideia de Brasil como país e nação era desconhecida pelos contemporâneos da época. Jancsó e Pimenta demonstram isso no texto quando trazem o documento *Declaração de alguns deputados do Brasil, nas Cortes de Portugal, que de Lisboa se passaram à Inglaterra*, assinados por Cipriano Barata e seus companheiros deputados da Bahia e de São Paulo, em novembro de 1822. No documento, palavras como *pátria*, *nação* e *país* se fazem presentes. Para os contemporâneos da época, *pátria* significava o lugar onde nasceram. Neste caso, Bahia e São Paulo; *país* fazia referência ao Brasil; enquanto a *nação* fazia ideia à nação portuguesa.<sup>24</sup> É justamente a partir da emancipação brasileira que estas palavras passam por um processo de alteração e adquirem outros significados que dirigem-se à construção de uma identidade brasileira. Wilma Peres Costa afirma que este trabalho abriu caminhos para que tantos outros fossem produzidos, a partir de perspectivas sobre a Independência nas diferentes “partes” do Brasil.<sup>25</sup>

Trabalhos ainda mais recentes a respeito dos últimos debates sobre Independência pautam alguns caminhos pelo qual a historiografia está fluindo. João Paulo Pimenta, no livro *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)* apresenta as consequências das independências hispano-americanas no processo de emancipação brasileira, entre os anos de 1808 e 1822. Desta forma, Pimenta apresenta o modo como as experiências dos países vizinhos moldaram as experiências vividas no Brasil durante este período. A tese apresentada no livro é de que o Império brasileiro, baseado nas convulsões que surgiam nas colônias espanholas da América, constituiu formas de evitar a fragmentação da América portuguesa durante o processo de Independência. Nesse sentido, as práticas hispano-americanas serviram de legado para o que estava prestes a ocorrer no Império brasileiro.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> JANCÓSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. p. 75-127.

<sup>25</sup> COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCÓSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 53-118.

<sup>26</sup> PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.

O livro *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino*, de Jurandir Malerba, é uma recente e importante obra que apresenta toda organização político-administrativa desenvolvida desde a Ilustração (fins do século XVIII) até a Independência da América portuguesa, muito além de tratar sobre estes projetos, o livro aborda toda uma historiografia que os envolve.<sup>27</sup> Através de uma linguagem que aproxima o leitor não especialista da obra, Malerba descreve a forma como o velho reino lusitano agiu perante às revoluções liberais, as manutenções necessárias que esta monarquia sofreu para seguir em vigência e os caminhos que, posteriormente, levaram à separação de Brasil e Portugal.<sup>28</sup>

Ambos os professores, nos últimos anos, têm apresentado um movimento de produção de obras a respeito da independência, que ultrapassam os muros da academia, alcançando um público fora das universidades, que não apenas especialistas neste assunto.<sup>29</sup>

A Historiografia a respeito da Independência está muito bem consolidada, isso não significa dizer que ela se encerra em si, pelo contrário, existem diversos debates em aberto, que de acordo com os tempos presentes vão se modificando e dando espaço para novas questões que, organicamente, constroem uma História da Historiografia sobre a Independência do Brasil.<sup>30</sup>

## 1.2 A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E AS ELITES PROVINCIAIS

Ao falar sobre a formação do Estado nacional e a participação das elites políticas neste processo, a obra de José Murilo de Carvalho não pode ser esquecida, sendo central para os estudos a respeito das elites deste período. Em seu trabalho *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro das Sombras*, através da Teoria da Construção do Estado e da Teoria das Elites, José Murilo apresenta uma perspectiva que converge com a obra de Maria Odila da Silva Dias, no sentido de que a unificação territorial brasileira teria sido consequência da articulação política de uma elite nacional que possuía interesses em comum,

---

<sup>27</sup> MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

<sup>28</sup> *Ibid.*

<sup>29</sup> Exemplos destes últimos trabalhos são: *Almanaque da Independência* (2021), de Jurandir Malerba; e *Independência do Brasil* (2022), de João Paulo Pimenta.

<sup>30</sup> A publicação, até então, mais recente sobre este tema é a obra *E deixou de ser Colônia: uma História da Independência do Brasil* (2022), organizada por João Paulo Pimenta que foi publicada em agosto de 2022.

consequentemente reduzindo a capacidade de conflitos intra-elite e favorecendo a implementação de um modelo de dominação política.<sup>31</sup>

Diferentemente da elite da América-espanhola dos fins do século XVIII e inícios do XIX, que adquiriu sua formação nas universidades fundadas nas próprias colônias; a maior parte da elite brasileira, ainda na primeira metade do século XIX, tinha sua formação em Coimbra voltada para a área jurídica.<sup>32</sup>

Carvalho não descarta as divergências inter-elite existentes no império brasileiro, pelo contrário, o autor as reconhece afirmando que, apesar destas diferenças, a vontade de permanecer no poder e manter certos interesses em comum sempre esteve como prioridade. Apesar dos conflitos existentes entre estes grupos dominantes, a estabilidade do sistema imperial predominava.

Houve tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas, mas as divergências não iam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, pelo controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres.<sup>33</sup>

Para Carvalho, o projeto unitário teria vencido os anseios federalistas, submetendo as elites provinciais, que apresentavam interesses locais, aos interesses de uma elite nacional, que tinha uma perspectiva ideológica de unidade do território luso-brasileiro. A diferença entre esta elite nacional e aquela elite regional é que, a primeira possuía uma unidade ideológica adquirida pela formação e apresentava anseios no âmbito nacional; enquanto a segunda não apresentava interesses além de suas regiões.

Justamente neste ponto em aberto deixada pela obra de Carvalho, Miriam Dolhnikoff, com *O pacto imperial*, apresenta uma nova perspectiva. Segundo a autora, a constituição e unidade do Estado brasileiro ocorre pelos embates e negociações entre as diversas elites regionais e suas relações com o centro político-administrativo, muito além disso, a autonomia destas elites provinciais, principalmente após o pacto federalista da década de 1830, proporciona uma maior articulação das diversas partes do território, sob direção do governo central.<sup>34</sup>

O projeto de uma só América Portuguesa não era uma ideia que interessasse aos grupos dominantes regionais, tampouco estes a rejeitavam por completo, pois os interesses

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 21.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 42.

<sup>34</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 431-468.

dessas elites estavam em jogo quando se pensava em uma centralização do poder. Desta forma, os grupos provinciais aceitaram, até certo ponto, uma centralização político-administrativa que se articulasse com os interesses das elites brasileiras, garantindo-lhes certa autonomia.<sup>35</sup>

Levando isso em consideração, ao contrário do que apresenta a obra de José Murilo de Carvalho,<sup>36</sup> as elites provinciais tiveram grande importância na formação do Estado nacional brasileiro e, participando ativamente das decisões no âmbito regional e nacional, tornando-se uma elite também política que contribuiu para a formação da construção deste novo Estado.

A unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos Deputados.<sup>37</sup>

Nesta perspectiva, para Dolhnikoff,<sup>38</sup> o arranjo federativo saiu vitorioso nessa época. Falar sobre federalismo, nesse período e no território onde se formava o Brasil, significa tratar de um arranjo institucional em que as províncias possuem determinada autonomia perante o governo central. Isso não significa dizer que estas províncias são independentes das decisões do Rio de Janeiro, mas que as elites regionais contribuíam e participavam ativamente do jogo político provincial e das decisões políticas no âmbito nacional.

É importante salientar que, mesmo vencedor, o arranjo federalista não permaneceu igual desde seu princípio. Dolhnikoff<sup>39</sup> deixa claro que concessões políticas ao longo do século XIX foram necessárias. Como é o exemplo do período conhecido como *Regresso Conservador*, em 1840, no qual o projeto descentralizador implantado durante o período regencial (1831-1840), mais especificamente no Ato Adicional de 1834, foi substituído pela centralização; ou também como é o exemplo da outorga da Constituição, no ano de 1824, e iminente derrota do projeto federalista com o advento de um regime centralizador.<sup>40</sup>

Ao contrário do que demonstram autores como Sérgio Buarque de Holanda, Maria Odila da Silva Dias, Ilmar de Mattos e o próprio José Murilo, para os quais a unidade

<sup>35</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 435.

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>37</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 14.

<sup>38</sup> *Ibid.*

<sup>39</sup> *Ibid.*

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 12.

nacional teria sido consequência da articulação das forças políticas do governo central, no Rio de Janeiro; Dolhnikoff<sup>41</sup> apresenta um arranjo em que a autonomia das elites regionais se faz presente e o papel do governo central baseia-se em mediar e articular a unidade de todas as províncias. Segundo a autora, este molde institucional teria sido implementado a partir da década de 1830, com os movimentos liberais pressionando o governo central pela maior autonomia das províncias, consolidada em 1834 pelo Ato Adicional. De certa forma, antes deste período, é possível observar uma movimentação em direção a este projeto liberal. O início das atividades dos Conselhos Gerais de Província, em 1828, demonstra esse caminho. Obviamente não se pode considerar que este órgão tenha sido a consolidação da autonomia provincial, mas ele certamente representa um avanço inicial para que isso ocorra, proporcionando uma primeira experiência política ativa para as elites regionais.

Quando tratamos da prática política e das relações províncias e centro durante o século XIX, não podemos deixar de abordar as práticas clientelistas que regiam não apenas as relações político-administrativas, mas também as relações sociais e econômicas. De acordo com Richard Graham, o “clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem-terra”.<sup>42</sup> Desta forma, dentro de sua concepção marxista, Graham demonstra que as relações de classe no Brasil criaram a dependência de clientes em relação aos patrões, acentuando uma hierarquia com base na proteção, na lealdade, na obediência e submissão, garantindo um controle social. Essas redes clientelistas iniciavam nas famílias locais, atingindo o âmbito provincial até chegar na Corte do Rio de Janeiro, consolidando-se como a base do poder das elites (locais, regionais e nacionais).

Nesta concepção, a unidade doméstica era a estrutura de poder fundamental, além da posse de terras. O pai, sempre figura masculina, exercia a autoridade legal na casa, pois há um reconhecimento da autoridade paterna pela Constituição de 1824.<sup>43</sup> Quando falamos em família, para este período, ultrapassamos os limites de pai, mãe e filhos; pois padrinhos, compadres, comadres e até escravos podiam compor a família clientelista, desta forma a palavra *família* compreendia pessoas ligadas por sangue, por casamento e por compadrio, além dos escravos, considerados posse.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

<sup>42</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 16.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 37.

A obediência e lealdade eram a chave das relações entre patrão e cliente. O proprietário de terras oferecia trabalho em suas dependências para pessoas livres, pobres, negras ou mestiças, garantindo uma moradia; como contribuição os agregados ofereciam sua aliança em tempos de luta armada e lealdade nas eleições.<sup>45</sup> Dentro dessas relações, o castigo e a generosidade andavam juntos, pois do mesmo modo que o patrão era bom e compreensível, também poderia ser severo com os desleais e desrespeitosos, assumindo e provando sua posição de autoridade perante os outros.

O período abordado na obra de Graham não coincide com a cronologia deste trabalho, todavia, suas contribuições apresentam significativa importância na medida em que observa as elites através de suas relações com a sociedade, por meio de redes de alianças, extrapolando a análise isolada desses grupos e suas dinâmicas internas.<sup>46</sup>

### 1.3 O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NESTE CENÁRIO

Dentre as muitas peças do mosaico brasileiro, estava a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com suas particularidades durante o Antigo Regime: uma região fronteiriça, constantemente disputada por portugueses e espanhóis, onde a guerra era presença constante no cotidiano da sociedade que, por sua vez, era altamente militarizada e voltada para o mercado interno da colônia, por meio da pecuária. Nesta Província, que servia como estalagem para o Império luso-brasileiro, o controle de terras e cavalos era a base do poder. A elite era formada por quem possuía os domínios dos recursos para a guerra, desta forma, grandes estancieiros adquiriram seus status e seus poderes sobre a região.<sup>47</sup>

Justamente por se tratar de uma região fronteiriça, o processo de Independência nos confins meridionais do território luso-brasileiro foi influenciado tanto por acontecimentos do centro político (estabelecido no Rio de Janeiro em 1808), quanto por acontecimentos do Prata. Grande exemplo destes acontecimentos foi a *Junta de Mayo* que, em 1810, solicitava ao

<sup>45</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 38.

<sup>46</sup> Um ponto não abordado por Graham é a visão dos donos de terras que formavam essa clientela, pois segundo o autor os grandes escravocratas e donos de terras de todo o Brasil compunham uma só liderança na formação do Estado, como um grupo homogêneo. Todavia Jonas Moreira apresenta que, dentro deste sistema, famílias de determinadas províncias possuíam mais influência no governo central que famílias de outras províncias. Dentro desta perspectiva, a província de Rio Grande de São Pedro, neste período, não possuía tanta ligação ao governo central, se comparado com outras províncias. A influência da província meridional no governo central passa a ser relevante somente a partir de 1878, com a alçada de dois líderes do partido liberal para um gabinete ministerial no Rio de Janeiro. Cf. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte*. Santa Maria: UFSM, 2010. p. 18-23.

<sup>47</sup> MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

secretário de Governo Nacional da Argentina o “Plano de Operações que o Governo Provisório das Províncias Unidas do Rio da Prata deve pôr em prática para consolidar a grande obra de nossa liberdade e independência”.<sup>48</sup> Neste plano foram redigidas formas de conquistar o Rio Grande de São Pedro. Outro episódio ocorrido no Prata que despertou ainda mais a preocupação do governo do Rio de Janeiro com esta região Sul foi no ano de 1811, com o início da revolução artiguista e a apreensão do panfleto *Falla aos Americanos Brazilianos em Nome d’América por sus irmãos, os Habitantes das vastas Provincias do Rio da Prata*, que estava percorrendo o território sul-rio-grandense. Ambos os textos defendiam ideias anti-monarquistas e alimentavam razões para as dores de cabeça da Corte no Rio de Janeiro.<sup>49</sup>

Esta pedra no sapato do Império gerou uma reação: o projeto de incorporação da Banda Oriental como Província Cisplatina, eliminando os comandos de Buenos Aires. A estratégia não funcionou da primeira vez, em 1811; mas em 1816, com a retomada das invasões por parte dos portugueses, D. João VI obtém sucesso e conquista a incorporação do território no ano de 1821.

As elites proprietárias do Rio Grande de São Pedro, identificaram-se com a política expansionista do governo joanino em direção ao Prata, que contou inclusive com o apoio de “senhores guerreiros”, todavia estas mesmas elites discordavam das práticas absolutistas centralizadoras da Coroa, muitas dessas ideias eram resultado das influências liberais e republicanos que vinham da Banda Oriental em direção ao Rio Grande.

Para pensarmos no processo de Independência na Província meridional do Império luso-brasileiro, é necessário retroceder ao ano de 1820, durante o início da Revolução Constitucionalista do Porto e dos clamores pela monarquia constitucional. Este movimento armado, ocorrido em Portugal, no ano de 1820, foi liderada pela burguesia mercantil portuguesa, que exigia, basicamente, o retorno da Coroa para as terras lusas e uma modificação do regime monarquista absolutista para uma monarquia constitucional. Devido ao medo da participação das camadas populares, por parte dos setores dominantes, e da radicalização do movimento, a revolta obteve apoio de militares, magistrados e comerciantes.<sup>50</sup> Com a vitória da revolta, sucedeu-se a convocação para as Cortes de Lisboa. Dom João VI, que até então seguia em terras tropicais, reconheceu e jurou a Constituição que

<sup>48</sup> PICCOLO, Helga Iracema. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 580.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 580.

<sup>50</sup> Para uma abordagem mais factual destes acontecimentos, cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 18-20.

seria elaborada pelas Cortes; e por falar em América lusitana, a notícia do movimento que balançava Portugal foi bem recebida pelas elites luso-americanas, as ideias de uma monarquia constitucional eram simpaticas com as aspirações dos grupos dominantes da ex-colônia.

No Rio Grande de São Pedro estes acontecimentos também foram bem recebidos, mas com certos temores pelos ventos revolucionários que sopravam no Prata. As mudanças ocorriam em alta velocidade e parte das elites, cada vez mais, preocupavam-se com radicalismos, todavia os grupos dominantes permaneciam unidos pelos interesses em manter seus privilégios.<sup>51</sup> Ao render-se, Dom João retornou a Portugal, deixando D. Pedro I no Rio de Janeiro, e solicitou que cada Província organizasse eleições para enviar representantes do Reino Unido do Brasil às Cortes. Por parte da Província de São Pedro, foram enviados três deputados, um como suplente. Foram eles: José Saturnino da Costa Pereira, José Martins Zimblão (suplente) e João de Santa Bárbara, que mais tarde compõe, como secretário, a primeira nominata de representantes do Conselho Geral da Província de São Pedro, no ano de 1828 e 1829.

Os representantes da América e da metrópole concordavam quanto à instauração de uma monarquia constitucional, também acreditavam na conservação do território luso-brasileiro no status de Reino Unido; todavia as discordâncias surgiram em relação ao funcionamento prático da monarquia constitucional. Por um lado, os deputados luso-americanos não queriam perder a medida de autonomia que adquiriram com a Corte no Rio de Janeiro, por outro lado os deputados portugueses ansiavam por um regime centralizado em Lisboa. Este foi o principal ponto de cisão entre os representantes que, mais tarde, fez com que D. Pedro I, em articulação com as elites luso-americanas, desrespeitasse o decreto que exigia seu retorno a Portugal, e permanecesse no Rio de Janeiro.

Com a assinatura e o juramento da Constituição por parte de Dom João VI, em de 21 de fevereiro de 1821, na cidade do Rio de Janeiro; e a respectiva ordem para que o mesmo fosse feito em todo o Brasil; tiveram início manifestações em Porto Alegre e Rio Grande, principalmente com a notícia da Revolução do Porto.<sup>52</sup> A Junta Governativa - formada pelo ouvidor Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa, pelo vereador mais velho da Câmara da Vila de Porto Alegre, Antônio José Rodrigues Ferreira, (que mais tarde também ocupa uma

<sup>51</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. Ao Sul das Cortes: a independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/65334>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>52</sup> Nesta época, o Rio Grande de São Pedro não possuía uma imprensa, então as cartas e conteúdos oficiais e/ou privados acabavam sendo divulgados e circulando o território como fonte de informação para a população. Cf. PICCOLO, Helga Iracema. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 585-586.



cadeira no Conselho Geral da Província), e pelo Tenente-general Manuel Marques de Sousa, que exercia cumulativamente a função de Presidente do Governo Interino e de Governador de Armas - tardou em cumprir as ordens de Dom João VI, resultando nas manifestações políticas e reivindicatórias de militares, apoiados por setores do clero e comerciantes.<sup>53</sup>

Concomitante a estes acontecimentos, uma nova ideia de *nação* estava surgindo no território luso-americano, que se distanciava do sentido antes aqui apresentado, ligado a Portugal. Agora, o sentido de *nação* trazia em si o significado de uma “adesão espontânea de indivíduos em torno de um contrato social, a Constituição.”<sup>54,55</sup> Todavia, isso não significava dizer uma união completa de todo o território, com ordens do Rio de Janeiro e obediências por parte das províncias, pelo contrário, as zonas afastadas da Coroa adquiriram características locais, que jogavam tanto com interesses metropolitanos quanto interesses regionais. Esta ideia toma mais força quando falamos de uma Província fronteiriça, em que os espaços são manejados de acordo com os interesses de seus agentes. Estes agentes tinham consciência da existência de uma fronteira em sua concretude, juntamente com os aparatos burocráticos estatais, todavia a utilizavam de acordo com os seus desejos e ambições.<sup>56</sup>

Considerando esta localização fronteiriça com os vizinhos espanhóis, era de extrema importância para o Império manter um aparato militar forte nesta região meridional; desta forma a ligação da Coroa com os grandes estancieiros sulistas fortaleceu o poder privado e constituiu uma relação patrimonial com a terra, em que a elite estancieira demonstrava sua capacidade de arregimentar gente como aparato militar para a defesa das fronteiras em nome de Portugal.<sup>57</sup> Ao mesmo tempo, esses estancieiros, através das alianças matrimoniais, abriam espaço para que mercadores ocupassem os ambientes políticos, evitando divergências, pois a

<sup>53</sup> PICCOLO, Helga Iracema. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 571-613.

<sup>54</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 313.

<sup>55</sup> A respeito dos conceitos e palavras utilizados nos discursos das elites dominantes, existe a dissertação de Renata S. Costa, que trata da importância da linguagem no vocabulário da elite política da província de São Pedro, entre os anos de 1821-1825, mostrando que o discurso e a prática políticos estão intrinsecamente conectados. Cf. COSTA, Renata Soares. *Os homens, os termos e seus significados: a construção do vocabulário político no Rio Grande de São Pedro e na Cisplatina entre os anos de 1821 e 1825*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

<sup>56</sup> Mariana Flores da Cunha Thompson Flores utiliza o conceito de *fronteira manejada* para identificar a fronteira rio-grandense durante o século XIX. Cf. FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

<sup>57</sup> PICCOLO, *op. cit.*, p. 578.

família predominava sobre as diferenças.<sup>58</sup> Coexistente com isto estavam os interesses das elites, não somente da Província de São Pedro, mas também de outras tantas, em manter as relações com o centro, garantindo a permanência de seus privilégios e status. Tanto a elite central quanto a elite periférica possuíam relações de dependência, que as fazia necessitar umas das outras.

Neste sentido, a centralização do poder se mantinha também nas práticas cotidianas das relações dos indivíduos da época. O clientelismo e as redes alimentadas por ele abriam espaços para a propagação do poder central do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que possibilitavam uma maior autonomia das elites regionais e locais, oferecendo oportunidades de enfraquecer este poder central.<sup>59</sup>

A partir de 1820, já com uma posição sólida politicamente, as elites provinciais buscam cada vez mais uma maior capacidade de intervir nas decisões do centro político. A partir da outorga da Carta Constitucional de 1824, são criados os Conselhos Gerais da Província, que passam a atuar somente no ano de 1828.

Tratando-se de uma região fronteira como a Província de Rio Grande de São Pedro, o Conselho inicia sua atuação em meio à guerra. No ano de 1828 o Brasil enfrentava os momentos finais da Guerra da Cisplatina, esgotando suas forças pela incorporação deste território ao recém independente Império brasileiro. Este conflito trouxe um desgaste da imagem do imperador,<sup>60</sup> principalmente na Província que era ponta de lança do Império. Mesmo que, no início da guerra, as elites sulistas tenham afirmado seu compromisso com o conflito perante o império, no desenrolar do tempo este laço foi se desgastando.<sup>61</sup> O desgaste foi tanto que, em 1835, culmina na Guerra Farroupilha. Veremos, mais adiante que, um dos Projetos de Representação tratados entre o Conselho, em 9 de dezembro do ano de 1828, demonstra muito bem a insatisfação das elites provinciais com os tributos cobrados sobre os gêneros da Província, enquanto os do Rio da Prata entram no território brasileiro livremente, sem pagar impostos. Aqui podemos perceber o início das insatisfações tributárias que, alguns anos depois, serão motivo para o desenrolar da guerra de 1835.

---

<sup>58</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 316. O autor acrescenta que ao longo do século XIX, as disputas pelos espaços políticos tornam-se mais fortes entre esses grupos.

<sup>59</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>60</sup> PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a Experiência Cisplatina (1817-1828). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. p. 755-790.

<sup>61</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

## **2 REUNIDO O CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA NA SALA DESTINADA AS SESSÕES (...) DECLAROU O SR. PRESIDENTE ABERTA A SESSÃO: O INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**

### **2.1 A FORMAÇÃO DOS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA**

Antes da dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, foi criada a Lei de 20 de outubro de 1823, que delegava o governo das províncias às mãos de um presidente escolhido diretamente pelo Imperador assessorado por um Conselho Privativo que, por sua vez, era escolhido junto com os deputados gerais. A partir deste momento, as províncias passam a ter uma organização política que, até então, estava sob comando dos decretos das Cortes portuguesas.

A Constituição Outorgada de 1824 trouxe um novo elemento para essa nova organização, o Conselho Geral de Província que garantia “o direito de intervir todo o Cidadão nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares.”<sup>62</sup> Neste momento, germinava nas províncias a possibilidade de uma primeira atuação política de âmbito regional, que se portava como uma arena política mediadora entre o governo central e os poderes locais.<sup>63</sup> Como já mencionado, a lei de 20 de outubro de 1823 (anterior à outorga da Carta de 1824), implementou o Conselho Privativo, também conhecido como Conselho do Governo ou Conselho da Presidência, que possuía o papel de auxiliar as ações executivas do presidente da Província, nomeado pelo Imperador. Era um órgão constituído por seis membros, sendo que o mais votado era nomeado como vice-presidente da Província, podendo assumir o governo em caso de vacância da presidência. Apesar deste Conselho também ser eletivo, assim como o Conselho da Província, e de oferecer a possibilidade para que os conselheiros ocupassem ambos simultaneamente, eles possuíam diferenças. Enquanto o primeiro apresentava um caráter consultivo, o segundo garantia as discussões a respeito dos negócios da Província, garantindo aos cidadãos seus direitos de

---

<sup>62</sup> *Id. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 18 jul. 2022.

<sup>63</sup> O poder central representado no Governo e na Assembleia Legislativa e os poderes locais concentrados nas Câmaras Municipais.

intervir nas questões regionais.<sup>64</sup> É importante salientar esta diferenciação para que não haja confusão entre os dois órgãos.

Com exceção do Rio de Janeiro, que era sede da monarquia, o Conselho Geral da Província possuía vinte e uma cadeiras nas províncias mais populosas, que incluíam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande de São Pedro; e treze nas províncias com menor número de habitantes.

Para tornar-se conselheiro, era necessário ter a idade mínima de vinte e cinco anos, ter “probidade, e decente subsistência”<sup>65</sup>; com exceção do Presidente da Província, do Secretário e do Comandante das Armas, qualquer cidadão dentro das qualidades necessárias poderia eleger-se. As eleições para o órgão ocorriam na mesma época da dos Representantes da Nação (deputados e senadores), tendo a mesma duração de quatro anos nas legislaturas de ambos os órgãos. Todos os anos, durante dois meses, os conselheiros deveriam reunir-se na capital, a sessão de instalação acontecia no dia primeiro de dezembro de cada ano, onde ocorria a *Falla do Presidente da Província aos Conselheiros*. Nesse discurso, o presidente apresentava a situação dos assuntos provinciais e as providências necessárias a serem tomadas. Sessões com menos da metade dos membros conselheiros não podiam ser realizadas. Se necessário, o Conselho poderia optar por prorrogar mais um mês.

O Conselho Geral era um órgão subordinado ao poder Legislativo da Assembleia Geral e ao poder Executivo do Imperador, portanto era um órgão propositivo que não possuía o poder de legislar. As resoluções apresentadas nas sessões eram enviadas ao poder executivo, mediado pelo Presidente da Província. Quando a Assembleia Geral estava reunida, as propostas lhe eram enviadas como projetos de lei e dependiam da aprovação ou não deste poder legislativo. Nos casos em que o Parlamento não se reunia, as propostas passavam pelas mãos do Imperador, cabendo a ele pô-las ou não provisoriamente em prática, até que todas elas passassem pela Assembleia para serem discutidas e deliberadas.<sup>66</sup>

Mesmo com o Capítulo V da Constituição de 1824 garantindo a criação dos Conselhos Gerais, é com a Lei de 27 de agosto de 1828 que eles passam a ter um regimento próprio e formalizarem seu funcionamento, conseqüentemente colocando o órgão em prática pela

---

<sup>64</sup> SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009. p. 150-151.

<sup>65</sup> BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio do Brazil, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 18 jul. 2022.

<sup>66</sup> *Ibid.*, capítulo V, art. 71.

primeira vez em dezembro de 1828.<sup>67</sup> Este hiato entre a criação dos Conselhos em 1824 e o início de seu funcionamento, em 1828, se deu pelos impasses e discussões do projeto entre a Câmara e o Senado. Ao final, o Imperador D. Pedro I sancionou o regimento para os Conselhos Gerais, mantendo a mesma estrutura proposta pelo Senado ainda em 1826.<sup>68</sup>

Com cento e quinze artigos a Lei de agosto de 1828 apresenta a forma como o órgão deveria atuar, como ocorreria a escolha e as atribuições do presidente e do secretário, como funcionariam as reuniões, que iniciariam com as sessões preparatórias. A Lei também descreve o modo como as propostas e as discussões seriam encaminhadas, a forma como as votações funcionariam e a ação de polícia do Conselho, que envolvia também a fiscalização das Câmaras Municipais.

Os sul-rio-grandenses, muito ansiosos, não esperaram muito tempo para organizar as eleições de seus conselheiros, logo após a outorga da Constituição, a Província sulista já tinha elegido e nomeado os homens para o Conselho.<sup>69</sup> Isso não foi uma particularidade da Província meridional, pois o mesmo ocorreu com os Conselhos da Bahia e de Minas Gerais, que já em 1824 tinham elegido seus conselheiros.<sup>70</sup>

É importante ressaltar que, cada Província possuía suas particularidades que determinavam o modo como o Conselho funcionaria. Existem trabalhos que abordam o papel deste órgão em outras localidades do Brasil, mais especificamente são pesquisas que tratam da atuação dos conselhos nas regiões de: São Paulo, Minas Gerais e Bahia, esta última que se destaca por ser uma das províncias mais importantes economicamente para o Império na época. Destes trabalhos destaco a tese de Andréa Slemian, lançada também como livro, *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, em que a autora aborda a gênese de uma ordem constitucional brasileira que contempla tanto a unidade quanto as particularidades das peças do mosaico que era o Brasil. Nesta pesquisa, Slemian traz o funcionamento e a administração política nas províncias, abordando também o

---

<sup>67</sup> BRASIL. *Lei de 27 de agosto de 1828*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1828. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-27-8-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-27-8-1828.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>68</sup> SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009. p. 158.

<sup>69</sup> COMISSOLI, Adriano. A vila coroada: perfil social dos vereadores de Porto Alegre (1808-1828). In: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 7, 2009, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: CORAG, 2009. p. 141-162.

<sup>70</sup> FERNANDES, Renata Silva. *As Províncias do Império e o “governo por Conselhos”*: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). 2018. 733 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. *Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834)*. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

papel dos Conselhos Gerais.<sup>71</sup> A tese de Carlos Eduardo França de Oliveira aborda de forma mais específica a atuação dos Conselhos, com foco em São Paulo e Minas Gerais, entre os anos de 1828 e 1834; tratando da relação entre os órgãos em ambas províncias e o modo como eles se comportaram na consolidação dos poderes provinciais.<sup>72</sup> O Conselho de Minas Gerais é bastante pesquisado por Renata da Silva Fernandes que, desde sua dissertação de mestrado até sua tese de doutorado aborda a definição de competências entre os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais, fazendo algumas comparações entre ambos os órgãos.<sup>73</sup> Por último destaco a produção de Nora de Oliveira a respeito do funcionamento do Conselho Geral na Província da Bahia, a composição deste órgão, seus debates travados, a posição do Conselho em relação às questões internas da Província e aos assuntos políticos mais gerais, em nível nacional.<sup>74</sup>

Estas produções, em até certo ponto, me auxiliaram no entendimento da criação e do papel dos Conselhos na política provincial durante o período do Primeiro Reinado e parte do Período Regencial todavia, por tratarem das particularidades e questões específicas das províncias abordadas, foram aproveitadas por mim apenas como um referencial metodológico de como trabalhar com esta instituição em específico.

Sobre o Conselho Geral na Província de Rio Grande de São Pedro até os dias de hoje, nenhum trabalho foi produzido. A tese de Adriano Comissoli, que trabalha com as elites rio-grandenses do início do século XIX, apresenta caminhos para pensar a respeito da composição e das discussões nas sessões deste órgão, além de também tratar com detalhes das trajetórias de alguns homens que compuseram o Conselho de São Pedro durante alguns anos; por isso a pesquisa de Comissoli, é uma grande e importante referência para este trabalho.

---

<sup>71</sup> SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009. p. 158.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

<sup>73</sup> FERNANDES, Renata Silva. *As Províncias do Império e o “governo por Conselhos”*: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). 2018. 733 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. *Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834)*. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

## 2.2 OS HOMENS DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Durante o início do século XIX, mais precisamente a partir da Constituição de 1824, as elites passaram a ter uma divisão de instâncias mais acentuada.<sup>75</sup> A primeira instância, composta pela elite nacional, atuava no Conselho de Estado, na Câmara dos Deputados e no Senado, concentrada no Rio de Janeiro, esta elite adquiriu grande status durante o século XIX. A segunda divisão pertencia às elites provinciais, grupo este que estava se constituindo e formando suas primeiras experiências políticas, esta elite compunha os Conselhos Gerais de Província e, posteriormente, as Assembleias Legislativas. Por último temos a elite local, integrantes da paróquias, vilas e cidades que atuavam como Juízes de Paz, vereadores nas Câmaras Municipais e ocupavam lugares na Guarda Nacional.<sup>76</sup> Esta era uma divisão porosa, ou seja, elites locais também compunham grupos das elites provinciais que, por sua vez, estavam também presentes em setores da elite nacional. Mais adiante veremos justamente que, de acordo com o trabalho de Adriano Comissoli,<sup>77</sup> alguns conselheiros ocuparam cargos da elite local e almejavam adquirir o poder e status na política de âmbito nacional.

Aqui, nosso foco se volta para as recém formadas elites provinciais da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul que, como já citado, apresentam os primeiros passos de uma atuação política no Conselho Geral da Província e se mostram pilar indispensável para o fortalecimento do Império. O âmbito da política provincial tornou-se importante na medida em que, chefes locais passam a articular meios de alcançar órgãos do governo provincial.<sup>78</sup> Neste sentido, com o intuito de permanecer no poder, a velha forma de selar alianças, por meio de casamentos e fornecimento de favores fazia com que esta elite local ocupasse espaços no âmbito da política provincial e almejasse lugares nas instituições nacionais.<sup>79</sup> Este movimento das elites faz com que elas consigam alcançar uma longa permanência no poder, apesar das manutenções e modificações ocorridas neste mesmo poder ao longo do tempo. Exemplo disso pode ser observado no Quadro 1, onde vemos a presença de onze conselheiros,

<sup>75</sup> Sabe-se que o termo *elite* possui uma certa imprecisão conceitual todavia, para este trabalho, o conceito é utilizado para um grupo social específico que, através da ocupação de espaços de poder, possui um destaque da sociedade e alcança um aprendizado do exercício político. Cf. BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

<sup>76</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 323.

<sup>77</sup> *Ibid.*

<sup>78</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>79</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

ou seja, um pouco mais de vinte por cento dos homens do Conselho Geral da Província na Assembleia Legislativa, cultivando uma permanência na carreira política, apesar de o órgão do Conselho Geral ser extinto.<sup>80</sup>

As elites abordadas neste trabalho são as que compõem o Conselho Geral da Província de São Pedro entre os anos de 1828 e 1834. Estas elites compunham vários setores da sociedade: eram magistrados, pessoas do clero, militares, comerciantes e donos de terras. Com a institucionalização da política, na década de 1820, ocorre uma profissionalização dos homens que atuam nesta área. Desta forma, a mesma elite econômica também atua como elite social, cultural e, principalmente, como elite política.<sup>81</sup> A partir de agora vamos conhecer um pouco sobre o perfil destes conselheiros que caminharam pelo órgão da Província de São Pedro, onde trabalhavam e a qual setor da elite pertenciam. Por questões de limitações da pesquisa, não conseguirei abordar os cinquenta e dois homens, todavia os exemplos trazidos fornecem uma ideia dos setores da elite ao qual pertenciam.

Os primeiros conselheiros aqui mencionados são dois imigrantes portugueses: Antônio Fernandes Teixeira e Antônio José da Silva Guimarães.

Antônio Fernandes Teixeira veio da cidade do Porto, em Portugal e chegando em Porto Alegre por volta de 1802/1803, com aproximadamente 10 anos, foi recebido e acolhido por Antônio José da Silva Guimarães, comerciante que o empregou.<sup>82</sup> Este último que também era imigrante do norte de Portugal e no ano de 1798, casou-se em Porto Alegre com Maurícia Antônia de Oliveira, filha do capitão Felisberto Pinto Bandeira; esta união entre um comerciante e uma filha de estancieiro resultou em bons negócios para Silva Guimarães. Em sua pesquisa, Comissoli afirma que Guimarães:

geriu ou arrematou uma série de contratos que iam desde passagens de rios até as cobranças dos dízimos, município das tropas e quinto dos couros, os mais rentáveis da capitania. Foram quase trinta anos de administrações e de arrematações quase ininterruptas para as quais por vezes contou com sócios.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> Se considerarmos o almejo da elite provincial por mais autonomia e poder, o número de conselheiros que se tornam deputados na Assembleia legislativa é muito baixo, (menos que a metade do total de conselheiros). Talvez este fenômeno tenha ocorrido por conta de uma modificação geracional das elites da província; provavelmente homens mais jovens, herdeiros desta elite mais antiga, tenham ocupado as cadeiras da Assembleia Legislativa.

<sup>81</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 323.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 106, 191 e 285.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 286.



Guimarães foi tesoureiro, procurador e vereador da Câmara de Porto Alegre (este último cargo executou em 1817), já Teixeira foi procurador na mesma Câmara nos anos de 1824 e 1826. Outro comerciante que atuou no Conselho foi João Luiz Teixeira, considerado um dos principais negociantes, foi vereador na Câmara de Porto Alegre nos anos de 1819 e 1825.<sup>84</sup>

Além destes estrangeiros portugueses, o Conselho também apresentou a presença de homens de outras províncias, como era o caso do Doutor Julio Cezar Muzzi, cirurgião-mor do exército que teve sua formação como doutor adquirida em Roma, nasceu em uma família de médicos no Rio de Janeiro e passou a residir em Porto Alegre por volta de 1808.<sup>85</sup>

Assim como Muzzi, Manoel José de Freitas Travassos, também nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1782. Filho do vereador da Vila de Magé, Miguel José de Freitas, Manoel mudou-se para o sul, onde contraiu matrimônio com a sobrinha do vereador Boaventura da Costa Torres; Luísa Justiniana de Mascarenhas era seu nome. Anos mais tarde, já viúvo, casou-se novamente e, ao todo (junto com as uniões fora do matrimônio), foi pai de dezessete filhos.<sup>86</sup> No ano de 1812 atuou como procurador na Câmara de Porto Alegre, nos anos de 1828, 1829 e 1833-34 ocupou uma cadeira como conselheiro no Conselho Geral da Província (no primeiro ano ficou como suplente) e, mais tarde, de 1837 até 1849 atuou como deputado na Assembleia Legislativa. Travassos “recebeu o hábito da mesma em 1815 alcançando a comenda em 1845, na esteira de prêmios concedidos aos que se mantiveram fiéis ao império durante a Guerra Civil Farroupilha”.<sup>87</sup> Seu filho, também com nome de Manoel José de Freitas Travassos Jr.<sup>88</sup>, além de herdar o nome e a herança material do pai, seguiu carreira política como deputado da Assembleia Legislativa, entre 1850 e 1857.<sup>89</sup>

<sup>84</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 285-286, 304 e 364-365.

<sup>85</sup> ALBERTON, Mirele. *“Das providencias, que se tem dado a respeito da saude publica”*: enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Nesta pesquisa Alberton apresenta a participação central de Muzzi na inserção da vacina contra varíola na então capitania de Rio Grande de São Pedro; mais adiante veremos uma proposta apresentada por ele no Conselho, em relação à saúde e bem-estar da província.

<sup>86</sup> COMISSOLI, *op. cit.*, p. 299-300.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 232.

<sup>88</sup> Essa questão de as várias gerações possuírem um mesmo nome pode até parecer uma estratégia dos sujeitos passados para confundir o pesquisador atual; todavia era uma forma de perpetuar as conquistas dos antecedentes nas gerações futuras. O acúmulo de capital simbólico contido nos nomes de grande prestígio, eram herdados pelos descendentes. Cf. SEIDL, Ernesto. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no exército brasileiro (1850-1930). *RePOCS*, [s.l.], v. 17, n. 33, p. 69-92, jan./jun. 2020. Neste artigo, Seidl aborda o caso de famílias militares do sul do Brasil, trazendo também o exemplo dos Menna Barreto.

<sup>89</sup> COMISSOLI, *op. cit.*, p. 272-273.

Trajetórias semelhantes tiveram outros tantos conselheiros que ocuparam as cadeiras do Conselho já tendo experiências administrativas anteriores, exemplos deles são: Antônio José Rodrigues Ferreira, que foi vereador na Câmara de Porto Alegre nos anos de 1820, 1821 e 1825. No ano de 1820, como já mencionado, compôs o governo provisório da Província de São Pedro como vereador mais velho, substituindo o cargo que seria do bispo, (que na época não existia na Província). Custódio de Almeida Castro, que ocupou ofícios na Câmara de Porto Alegre durante 1808, 1816 e 1822, nos dois últimos anos exerceu o cargo de vereador. Henrique da Silva Loureiro era advogado e atuou na Câmara de Porto Alegre como vereador nos anos de 1815, 1818 e 1817 e como vereador de barrete em 1824. Antônio Joaquim da Silva Maya que também era advogado, trabalhava nos auditórios da vila de Porto Alegre e nos anos de 1825 e 1827 foi Procurador da Coroa na Junta da Fazenda. Assim como Maya, João Ferreira de Assis atuou como procurador, mas na Câmara Municipal de Porto Alegre, nos anos de 1826 (procurador de barrete) e 1827. Outros que atuaram como vereadores na Câmara de Porto Alegre foram: José Carvalho Bernardes, no ano de 1828 e José Pereira Coimbra, no ano de 1824.<sup>90</sup>

Em uma província onde a guerra fazia parte do cotidiano da sociedade, é de se considerar que entre seus representantes políticos, estejam também militares. Com o Conselho não foi diferente, oito cadeiras, ao longo dos seis anos foram ocupadas por coronéis, marechais e capitães, exemplos destas trajetórias são: Francisco Gonçalves Carneiro que era capitão, dono de escravos e atuou como procurador na Câmara Municipal de Porto Alegre nos anos de 1817 e 1818 e como vereador de barrete em 1823.<sup>91</sup> Domingos José de Araújo Bastos que foi vereador de barrete<sup>92</sup> em 1810 na Câmara de Porto Alegre e entre os anos de 1831 e 1832, quando já ocupava uma cadeira como suplente no Conselho Geral, tornou-se capitão e, mais tarde, foi elevado a capitão-mor.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 98, 304 e 364.

<sup>91</sup> MOREIRA Paulo Roberto. “Por ser seu escravo e em consequência seu capital inimigo”: tráfico, escravidão e criminalidade (RS, século XIX). *RHGRGS*, Porto Alegre, n. 161, p. 13-51, dez. 2021. Além de trazer dados a respeito dos escravos em posse do capitão Francisco Gonçalves Carneiro, este artigo analisa o assassinato do escravo André por seu senhor, Antônio Gonçalves Carneiro, irmão de capitão Francisco. Cf. COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 98 e 364.

<sup>92</sup> Um vereador de barrete é aquele que substitui um colega que não conseguiu concluir seu mandato.

<sup>93</sup> COMISSOLI, *op. cit.*, p. 239 e 264.

O Conselho também apresentava a presença de homens do clero,<sup>94</sup> como era o caso de Antônio Pereira Ribeiro que era vigário na freguesia de Taquari e em 1823 “redigiu uma proclamação que criticava a concessão do veto absoluto ao imperador pela Assembleia Constituinte”,<sup>95</sup> assumindo uma posição mais liberal e rechaçando a possibilidade da centralização do poder político nas mãos de um monarca. Cônego da Capela Real enquanto viveu no Rio de Janeiro como senador, Antônio Vieira da Soledade foi procurador geral da Província de São Pedro entre 1822 e 1824 e em 1826 tornou-se senador pelo Rio Grande, também sendo deputado geral. Soledade, em 1822, foi representante da Junta do Rio Grande de São Pedro. João de Santa Bárbara, nasceu em Rio Grande, foi padre beneditino secularizado e professor público de filosofia. Como visto antes, Santa Bárbara participou como deputado representante da província de São Pedro nas Cortes de Lisboa, faleceu no ano de 1868.<sup>96</sup> Professor de latim, padre Thomé Luís de Souza passou longos anos lecionando e contribuindo com a formação de muitos homens que, mais tarde, adentraram a elite política, como é o caso do doutor Américo Cabral de Melo e de Serafim dos Anjos França, que também fazem parte da nossa lista de conselheiros.<sup>97</sup>

Temos na mesa do Conselho alguns homens da fronteira que estavam envolvidos em esquemas de contrabando. Bento Corrêa da Câmara era filho do Marechal-de-Campo Patrício José Corrêa da Câmara. Assim como o pai, Bento tornou-se um marechal e ocupava o lugar de cunhado na família Paiva. Esta era uma poderosa família que residia na fronteira e praticava o trânsito ilegal de gados que vinham da Banda Oriental. Por se tratar de uma

---

<sup>94</sup> Esta presença do clero pode parecer estranha aos nossos olhos atualmente, todavia quando tratamos a respeito da elite política durante o império, a participação do clero era algo recorrente e comum. José Murilo de Carvalho, ao tratar da elite nacional em formação, salienta a participação dos padres na política e o ápice desta presença em âmbito nacional, com padre Feijó como ministro da Justiça. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Em seu trabalho, Carvalho dá ênfase à atuação do clero na política nacional, da qualquer forma, a lógica também se aplica ao âmbito local e provincial já que, como dito antes, grupos das elites locais compunham também grupos das elites provinciais que, por sua vez, atuavam nas elites nacionais.

<sup>95</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 205.

<sup>96</sup> AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 146, 196, 232 e 334.

<sup>97</sup> Aqui é perceptível a permanência do poder nas mãos de uma mesma elite que, através de manutenções, lega este poder a seus descendentes, no caso do Padre Tomé, a sucessão ocorria para seus alunos. Cf. COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. BASTOS, Maria Helena Camara. Reminiscências de um tempo escolar: memórias do professor Coruja. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan./abr. 2006.

família muito influente, os Paiva possuíam ligações parentescas com os homens responsáveis por fiscalizar a fronteira, como era o caso de Bento Corrêa da Câmara; conseqüentemente o negócio ilegal fronteiriço comandado pela família era seguro. No início do século XIX, a prática da entrada ilegal de gados provenientes da banda oriental era comum entre oficiais militares. Israel Soares de Paiva, membro da já mencionada família Paiva, auxiliava e integrava os esquemas de contrabando e roubos ocorridos na fronteira com a Banda Oriental.<sup>98</sup>

Nascido em Portugal, Antônio José Gonçalves Chaves não residia na fronteira, mas era dono de uma charqueada em Pelotas e de uma gama de escravos, em sua posse também tinha uma casa em Rio Grande. Chaves desenvolveu um estudo acerca da administração luso-brasileira chamado *Memórias Economo-políticas sobre a administração pública do Brasil*.<sup>99</sup> Estancieiro e dono de uma grande quantidade de escravos, o capitão José Antônio de Azevedo também assumiu lugar no Conselho, já tendo sido vereador pela Câmara de Porto Alegre no ano de 1824.<sup>100</sup>

João de Deus Mena Barreto também era estancieiro e comandante militar.<sup>101</sup> Sua linhagem conta com uma grande atuação em cargos militares de alta patente; iniciando pelo seu pai, Francisco Barreto Pereira Pinto, que foi comandante do corpo dos Dragões em Rio Pardo e participou da primeira ocupação do território de São Pedro, também atuando nas Guerras Guaraníticas, através da conquista de terras que foram incorporadas à colônia portuguesa, Francisco Barreto adquiriu grandes prestígios. O prestígio e acúmulo de *status* só aumentaram com a linhagem de Mena Barreto que, além das heranças simbólicas e materiais familiares, estabeleceu alianças matrimoniais que ampliaram sua influência e a força de seu

<sup>98</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 185-189.

<sup>99</sup> LEME, Marisa Saenz. Entre o Congresso de Lisboa e a constituinte brasileira: concepções de Estado do empresário luso-gaúcho Antônio José Gonçalves Chaves. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 77, p. 57-79, 2018. Neste artigo, Leme apresenta a trajetória da obra *Memórias Economo-políticas sobre a administração pública do Brasil* e as concepções apresentadas por Chaves a respeito do funcionamento do Estado em um momento de formação da autonomia brasileira em um contexto liberal. Leme classifica o posicionamento da obra de Chaves, dentro do campo “liberal-radical”, onde o autor abre espaço para o município e a província, defende a importância do Legislativo, o fim do tráfico de escravos, com o objetivo de adentrar uma economia política moderna, e apresenta uma concepção acerca de uma monarquia federativa.

<sup>100</sup> COMISSOLI, *op. cit.*, p. 221, 328 e 365.

<sup>101</sup> O comando de terras nas mãos de militares era algo comum na província de São Pedro. Como já mencionado anteriormente, a ocupação inicial do território meridional brasileiro teve como objetivo principal ordens estratégico-militares, logo, a retribuição destes serviços deu-se através da concessão de sesmarias, o que ocasionou uma concentração de terras nas mãos de militares que, conseqüentemente, passava para suas próximas gerações. Cf. MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

nome.<sup>102</sup> Mendonça Peçanha, (magistrado que ocupou cargos como juiz de fora e ouvidor), fez parte de uma destas alianças, tornando-se sogro de Mena Barreto, manobra que o possibilitou adentrar na área da justiça profissional, ampliando a influência que ele e sua família possuíam.<sup>103</sup>

Assim, enquanto Mena Barreto assumiu a presidência da Junta de Governo Provisório em 1822, Mendonça Peçanha passou a ouvidor no ano seguinte, ampliando a influência da família sobre o aparato oficial em momento de reorganização de legitimidades.<sup>104</sup>

Mais uma vez vemos o crescimento da influência de uma família da elite possibilitada pelo matrimônio.

Assim como Mena Barreto, José Ignácio da Silva, que era marechal, também atuou na Junta de Governo Provisório, ocupando o cargo de secretário dos Negócios de Guerra. Ignácio era muito amigo de Mena Barreto sendo, inclusive, padrinho de batismo de um de seus filhos.<sup>105</sup>

É perceptível que o Conselho era composto por diferentes setores da elite rio-grandense não possuindo, necessariamente, uma divisão rígida. As linhas de classificação entre as elites são extremamente porosas, possibilitando que um mesmo indivíduo passeie por diferentes setores da elite, como vimos com os homens do Conselho. Além disso, algo que pode ser considerado característico e particular do Conselho Geral em uma região fronteira é o envolvimento de alguns conselheiros nos contrabandos da fronteira, como é o caso de Bento Corrêa da Câmara e Israel Soares de Paiva. Mariana Flores da Cunha Thompson, pesquisando os crimes de fronteira da Província de São Pedro, afirma que este espaço limítrofe apresentava um ambiente propício para o manejo das leis pelas pessoas que ali habitavam. De fato, a família Paiva é um exemplo destas ações em espaço fronteiriço. Enquanto a guerra significava perdas para alguns, para os Paiva foi sinônimo de grandes ganhos pois, a partir de 1810, eram responsáveis por arrematar o contrato dos dízimos no

---

<sup>102</sup> SEIDL, Ernesto. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no exército brasileiro (1850-1930). *RePOCS*, [s.l.], v. 17, n. 33, p. 69-92, jan./jun. 2020. Até meados do século XIX, os oficiais militares não eram definidos pela sua formação ou treinamento, pelo contrário, ocupavam estes cargos por pertencerem à corte portuguesa ou serem filhos de superiores militares. Além disso, não se dedicavam completamente aos serviços militares, deixando estes apenas para os momentos de guerra. Muitos destes homens, como é o caso dos Mena Barreto, eram donos de escravos e terras.

<sup>103</sup> Outro magistrado, também presente no Conselho Geral da Província de São Pedro, era o baiano Rodrigo de Souza da Silva Pontes que substituiu Mendonça Peçanha no cargo de ouvidor. Cf. COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 332.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 126.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 236, 294-295.

Conselho da Fazenda Real do Rio de Janeiro, além de serem responsáveis pela introdução de gados orientais em terras lusas,<sup>106</sup> compactuando e fazendo parte das práticas ilegais deste processo, como mencionado.

Já em 1834 as atribuições das quais os Conselhos Gerais usufruíram demonstravam-se insuficientes perante a fome que as elites possuíam de mais poder. No caso da Província de São Pedro, como já mencionado anteriormente, as elites, mais especificamente as estancieiras, demonstravam-se insatisfeitas com o poder central, principalmente após a Guerra da Cisplatina. Esse descontentamento refletiu no próprio seguimento das sessões do Conselho nos últimos anos, que já não conseguia obter a presença de um quórum suficiente para o seguimento das sessões.

Com a criação do Ato Adicional de 1834 e todo o avanço liberal que trouxe consigo, as Assembleias Legislativas foram criadas, concedendo maior autonomia às províncias.<sup>107</sup>

O Quadro 1 contempla a nominata de todos os conselheiros que passaram pelo Conselho Geral da Província de São Pedro, a frequência de anos em que ocuparam a cadeira e quais deles assumiram como deputados, na Assembleia Legislativa Provincial de 1835, além de apresentar a ocupação principal e os cargos ocupados por alguns destes homens na Câmara Municipal de Porto Alegre.<sup>108</sup>

**Quadro 1** – Tabela de conselheiros que atuaram durante os anos de Conselho Geral da Província de São Pedro

<b>Conselheiros</b>	<b>Anos de Atuação no CGP de São Pedro<sup>109</sup></b>	<b>Cargos na Câmara Municipal de Porto Alegre</b>	<b>Ocupação principal</b>	<b>Deputado na Assembleia Legislativa de 1834</b>
1 - Américo Cabral de Melo	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> (suplente), 3 <sup>a</sup>		Doutor	x (suplente de secretário)
2 - Antônio Fernandes Teixeira	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> (suplente), 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> (supl. de secretário)	Procurador em 1824 e 1826.		

<sup>106</sup> MIRANDA, Marcia Eckert. Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 1-10.

<sup>107</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>108</sup> Tabela elaborada de acordo com os dados apresentados na obra de Aita e Axt, e complementada com alguns dados presentes na tese de Adriano Comissoli. Cf. AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>109</sup> 1<sup>a</sup> (de 1828 a 1829), 2<sup>a</sup> (de 1829 a 1830), 3<sup>a</sup> (de 1830 a 1831), 4<sup>a</sup> (1831 a 1832), 5<sup>a</sup> (de 1832 a 1833), 6<sup>a</sup> (de 1833 a 1834).

<b>Conselheiros</b>	<b>Anos de Atuação no CGP de São Pedro<sup>109</sup></b>	<b>Cargos na Câmara Municipal de Porto Alegre</b>	<b>Ocupação principal</b>	<b>Deputado na Assembleia Legislativa de 1834</b>
3 - Antônio Joaquim da Silva Maya	3 <sup>a</sup> (secretário); 4 <sup>a</sup> (secretário); 6 <sup>a</sup>			x
4 - Antônio José da Silva Guimarães	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>	Vereador em 1817.		
5 - Antônio José Gonçalves Chaves	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup>			x
6 - Antônio José Rodrigues Ferreira	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> (supl. de secretário); 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>	Vereador em 1820, 1821 e 1825		
7 - Antônio Pereira Ribeiro	1 <sup>a</sup> (suplente), 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup>		Vigário	
8 - Antônio Vieira da Soledade	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> (presidente)		Cônego	
9 - Bernardo José Veigas	3 <sup>a</sup>			
10 - Bento Corrêa da Câmara	2 <sup>a</sup> (suplente)		Marechal	
11 - Custódio de Almeida Castro	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>	Ocupou cargo em 1808 e foi Vereador em 1816 e 1822.		
12 - Domingos José de Araújo Bastos	3 <sup>a</sup> (suplente), 4 <sup>a</sup> (suplente) 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>	Vereador barrete em 1810	Capitão	
13 - Feliciano José Rodrigues Prates	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> (dispensado), 4 <sup>a</sup> (não compareceu por doença)		Reverendo	
14 - Francisco Antônio Olinto de Carvalho	1 <sup>a</sup> (suplente), 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> (suplente), 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>		Coronel	

<b>Conselheiros</b>	<b>Anos de Atuação no CGP de São Pedro<sup>109</sup></b>	<b>Cargos na Câmara Municipal de Porto Alegre</b>	<b>Ocupação principal</b>	<b>Deputado na Assembleia Legislativa de 1834</b>
15 - Francisco das Chagas Martins de Avila e Souza	4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> (presidente), 6 <sup>a</sup> (secretário)		Padre	x
16 - Francisco Gonçalves Carneiro	2 <sup>a</sup> (suplente), 3 <sup>a</sup> (não pode mais comparecer por doença), 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup>	Procurador em 1817 e 1818. Vereador de barrete em 1823.	Capitão	
17 - Gabriel Martins Bastos	3 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>			x
18 - Henrique da Silva Loureiro	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup>	Vereador em 1815, 1818 e 1824. Vereador de barrete em 1817.	Advogado	
19 - Israel Soares de Paiva	3 <sup>a</sup>			
20 - João Alvares Pereira	1 <sup>a</sup>			
21 - João Baptista Leite de Oliveira Salgado	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>		Cônego	
22 - João de Deus Mena Barreto	1 <sup>a</sup>		Tenente	
23 - João de Santa Bárbara	1 <sup>a</sup> (secretário), 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup>		Padre Mestre	
24 - João Ferreira de Assis	5 <sup>a</sup> (suplente)	Procurador de barrete em 1826. Procurador em 1827.		
25 - João Luiz Teixeira	2 <sup>a</sup> (suplente)			
26 - Joaquim José da Silva	1 <sup>a</sup>		Coronel	



<b>Conselheiros</b>	<b>Anos de Atuação no CGP de São Pedro<sup>109</sup></b>	<b>Cargos na Câmara Municipal de Porto Alegre</b>	<b>Ocupação principal</b>	<b>Deputado na Assembleia Legislativa de 1834</b>
27 - José Álvares de Carvalho e Silva	2ª (suplente)			
28 - José Antônio de Azevedo	1ª, 2ª	Vereador em 1824.		
29 - José Carvalho Bernardes	5ª (suplente), 6ª	Vereador em 1828.		
30 - José Gonçalves Chaves	4ª			
31 - José Ignácio da Silva	1ª, 3ª		Marechal	
32 - José Ignácio da Silveira	1ª (suplente), 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª		Tenente-Coronel	
33 - José Joaquim Machado	2ª (secretário)			
34 - José Joaquim Machado de Oliveira	1ª (suplente), 2ª			
35 - José Maria de Salles Gameiro de Mendonça Peçanha	1ª (suplente), 2ª, 6ª (presidente)		Magistrado	x
36 - José Pereira Coimbra	4ª (suplente), 5ª, 6ª	Vereador em 1824.		
37 - José Rodrigues Barcellos	1ª, 2ª			
38 - José Vieira Viana	1ª (suplente)			
39 - Juliano de Faria Lobato	5ª, 6ª (secretário)		Reverendo	x
40 - Júlio Cesar Muzzi	1ª, 2ª, 3ª, 4ª (secretário)		Doutor	
41 - Manoel Alves dos Reis Louzada	1ª (presidente)			
42 - Manoel Bernardes Corrêa de Lacerda	5ª (suplente), 6ª			

<b>Conselheiros</b>	<b>Anos de Atuação no CGP de São Pedro<sup>109</sup></b>	<b>Cargos na Câmara Municipal de Porto Alegre</b>	<b>Ocupação principal</b>	<b>Deputado na Assembleia Legislativa de 1834</b>
43 - Manoel Carneiro da Silva Fontoura	2 <sup>a</sup>			
44 - Manoel José de Freitas Travassos	1 <sup>a</sup> (suplente), 2 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>			
45 - Manoel Maria Ricalde Marques	2 <sup>a</sup> (suplente), 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup>			
46 - Marciano Pereira Ribeiro	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> (supl. de secretário), 4 <sup>a</sup>		Doutor	x
47 - Rodrigo de Souza da Silva Pontes	3 <sup>a</sup> (suplente), 4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup>		Magistrado	x
48 - Rodrigo José de Figueiro Moreira	3 <sup>a</sup> (presidente), 4 <sup>a</sup> (presidente), 5 <sup>a</sup> (secretário), 6 <sup>a</sup>			x (presidente)
49 - Serafim dos Anjos França	4 <sup>a</sup> (supl. de secretário), 5 <sup>a</sup> (secretário), 6 <sup>a</sup>			
50 - Thomaz Francisco Flores	1 <sup>a</sup>			
51 - Thomé Luís de Souza	2 <sup>a</sup> (supl. de secretário), 3 <sup>a</sup> (secretário)		Cônego	x
52 - Vicente Ferreira da Silva Freire	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup>		Coronel	

### **3 PORTANTO, PROPONHO A ESTE ILUSTRE CONSELHO: FUNCIONAMENTO E PROJETOS APRESENTADOS PELO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**

#### 3.1 O FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES DO CONSELHO

Ao primeiro dia do mez de Dezembro de mil oito centos e vinte e oito, setimo da Independência do Imperio, nesta cidade de Porto Alegre, reunido o Conselho Geral de Província para a sua instalação na Sala destinada às sessões; dada a hora declarou o Srº Presidente aberta a sessão.<sup>110</sup>

Desta forma iniciou-se a Sessão de Instalação do Conselho Geral da Província de São Pedro. Como de praxe, o presidente da Província, Salvador José Maciel dirigiu sua *Falla ao Conselho*,<sup>111</sup> apontando os melhoramentos necessários para a Província e demonstrando o estado dos negócios públicos. Após a retirada do presidente da província e da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, os conselheiros reuniram-se para a eleição de presidente, vice-presidente, secretário e suplente de secretário; para os respectivos cargos foram eleitos: Manoel Alvares dos Reis Louzada, Dr. Julio Cezar Muzzi, Padre João de Santa Bárbara<sup>112</sup> e Dr. Americo Cabral de Melo. Estes permaneceriam em seus cargos durante os dois meses de reunião do Conselho, (dezembro e janeiro).

As sessões do Conselho eram marcadas pelas formações de Comissões que ficavam encarregadas de assumir determinados assuntos. Neste dia primeiro de dezembro, na Sessão de Instalação, o Conselho elegeu duas comissões permanentes: a primeira ficou responsável pelo exame das Representações das Comarcas e a segunda assumiu a inspeção e polícia da Casa do Conselho. Além destas duas comissões, foi criada uma terceira (não permanente), que se encarregou de averiguar o assunto da chamada dos suplentes para a substituição dos conselheiros que, na ocasião, não estavam presentes.

Todavia, antes deste dia, duas outras sessões já haviam ocorrido. Estas eram as sessões preparatórias, que ocorriam antes da instalação do Conselho. Na Primeira Sessão, assim como

<sup>110</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Atas n. 1 do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1831)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1831. p. 2.

<sup>111</sup> Como solicitava a Lei de agosto de 1827, em todas as Sessões de Instalação os presidentes deveriam expor as demandas e necessidades de suas províncias aos Conselhos Gerais, este ato ocorria através da *Falla do Presidente aos Conselheiros*

<sup>112</sup> Na ocasião, Padre João de Santa Bárbara solicitou ao conselho que fosse dispensado de tomar posse como secretário, já que também ocupava o cargo de Juiz de Paz de Porto Alegre. O Conselho negou, mas permitiu que Santa Bárbara levasse o assunto ao Governo, para que a Comarca Municipal também tivesse conhecimento da concorrência dos dois cargos em uma só pessoa.

na Segunda Sessão Preparatória do Conselho, reunidas respectivamente nos dias vinte e nove e trinta de novembro de 1828, nenhuma discussão foi apresentada; pelo contrário, eram sessões destinadas à apresentação dos diplomas dos conselheiros e à participação da Santa Missa na Catedral da cidade de Porto Alegre.<sup>113</sup> Em ambas as reuniões foram nomeados um presidente e um secretário que ocupariam estes cargos apenas nestas Sessões Preparatórias. Manoel Alvarez dos Reis Louzada foi nomeado como presidente e Antonio Fernandes Teixeira como secretário.

Assim como nas sessões do Conselho Geral da Bahia, onde o número de conselheiros presentes nunca atingiu vinte e um<sup>114</sup>, no de Rio Grande de São Pedro não foi diferente, ao longo das reuniões nos meses de dezembro de 1828 e janeiro de 1829 o número não ultrapassou de dezessete conselheiros, incluindo ainda as duas Sessões Preparatórias, que contaram com onze presentes. O quórum para o seguimento das reuniões foi uma dificuldade apresentada no 5º Projeto de Representação, dirigido à Assembleia Geral e ao Poder Executivo, afirmando que o Conselho não conseguiu cumprir com os encontros sucessivos durante o mês de janeiro e solicitando esclarecimento a respeito de situações como esta, já que a Lei de 27 de agosto não instruíra a respeito.

As reuniões do Conselho iniciavam com a chamada dos conselheiros, feita pelo secretário, e com a leitura da ata da reunião anterior; logo dava-se espaço para as discussões das ordens do dia, que envolviam a leitura dos projetos, requerimentos e representações, das votações e de outras solicitações apresentadas pelo Conselho para outros órgãos. Em algumas ocasiões os conselheiros solicitavam determinados materiais ao Presidente da Província, à Junta da Fazenda e à Comarca de Porto Alegre. Exemplos disso podem ser encontrados na ata da 6ª sessão, ocorrida no dia 10 de dezembro de 1828, onde o Sr. Chaves solicita dados a respeito dos ordenados dos professores de latim e primeiras letras, quantas aulas possuem professores e quantas não têm; além também de pedir ao presidente da Província informações a respeito das Colônias de São Leopoldo e das Torres, solicitando dados sobre o fluxo de colonos, a faixa etária e o sexo destes colonos, que *braças de terra se distribuirão a cada*

---

<sup>113</sup> *A implorar o Divino Auxílio pela Missa votiva do Espírito Santo*, conforme previa o art. 12 da Lei de 27 de agosto de 1828. Nesta ocasião os conselheiros também repetiam o juramento solenemente, com a mão direita sobre o Evangelho.

<sup>114</sup> OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. *Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834)*. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. p. 148.

*família*<sup>115</sup> e se há perspectiva destes colonos plantarem *canamo*.<sup>116</sup> Nesta mesma sessão, Chaves solicitou à Comarca o envio das causas da demora para a construção da cadeia<sup>117</sup> e o modo como o projeto para esta obra deve ocorrer. Como última demanda, é pedido informações a respeito do farol da Barra de Rio Grande.

Todas estas solicitações não eram por acaso, elas se apresentavam com o objetivo de reunir uma quantidade de informações a respeito da matéria da qual eram elaboradas as propostas, os projetos de resolução e os projetos de representação encaminhados para a Assembleia Geral e para o poder Executivo. Quando estas propostas eram apresentadas, em alguma sessão, precisavam passar por três leituras, para assim serem discutidas e deliberadas ou rejeitadas pela maioria dos conselheiros.

Na primeira atuação do Conselho, entre os meses de dezembro de 1828 e janeiro de 1829, trinta e três sessões foram efetuadas, não havendo necessidade de uma extensão de sessões para fevereiro, como garantia a lei de 27 de agosto de 1828.

### 3.2 AS PROPOSTAS APRESENTADAS NA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Dos vinte projetos apresentados entre dezembro de 1828 e janeiro de 1829, sete eram propostas, cinco eram projetos de resolução e oito eram projetos de representação, como apresentados no Quadro 2.<sup>118</sup> Em uma primeira leitura das propostas, já é perceptível o destaque que alguns conselheiros possuíam, no sentido de apresentarem maior número de projetos. De todas as vinte propostas, mais da metade foram apresentadas pelo conselheiro Antônio José Gonçalves Chaves. Estes projetos, por ele apresentados, podem parecer obter um conteúdo variado de assuntos à primeira vista, todavia eles apresentam um certo padrão

<sup>115</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Atas n. 1 do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1831)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1831. Neste caso, a palavra *canamo*, apresentada na documentação, é sinônimo de cânhamo.

<sup>116</sup> *Ibid.*

<sup>117</sup> Até o surgimento do Código de Menores, os pequenos infratores eram destinados para a cadeia, sofrendo o mesmo destino que bandidos e mendigos. Na mesma lista de solicitações Chaves pedia por informações a respeito dos meios que a Comarca possuía para alimentar e educar os meninos (a quem se destinava a construção da cadeia), além de solicitar informações sobre suas idades, sexos e enfermidades. Cf. CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Atas n. 1 do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1831)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1831.

<sup>118</sup> Por conta das limitações de tempo para a realização deste trabalho, optei por abordar apenas a primeira experiência de reunião do Conselho Geral da Província de São Pedro, ocorrida entre dezembro de 1828 e janeiro de 1829.

que passeia entre propostas relacionadas ao comércio,<sup>119</sup> à resolução de conflitos entre estancieiros<sup>120</sup> e à polícia e investigação de crimes na Província<sup>121</sup>.

De fato, como charqueador e dono de terras, as propostas do conselheiro Chaves voltadas aos estancieiros têm coerência e apresentam uma preocupação com os roubos de gados, provavelmente vivenciado inúmeras vezes por ele. Também como empresário, assuntos relacionados ao comércio eram de seu interesse e, neste sentido, destaco o primeiro Projeto de Representação, de 9 de dezembro de 1828, que apresenta, além do desgaste devido à Guerra da Cisplatina, indícios de insatisfação da postura do governo central quanto ao comércio do Rio da Prata, podendo ser considerado uma das gêneses do que, em 1835, será a Guerra dos Farrapos.<sup>122</sup>

A Paz Preliminar nos indica que a franqueza dos Portos do Rio da Prata; nosso liberal systema de Comercio, e os tratados com as Nações Antigas trarão a nossos mercados do Brasil e de todo o Mundo generos identicos aos nossos e com que não podemos competis.

Nossos vizinhos do Rio da Prata trarão ao Brasil os productos dos gados que nos roubarão, entrarão livremente sem pagar impostos, e nós não poderemos os nossos a Portos estrangeiros, porque seis tostões por arroba de carne são direitos quase prohibidos.<sup>123</sup>

Com muita indignação este projeto é escrito, solicitando com urgência a abolição do direito de isenção de impostos que os vizinhos do Rio da Prata e outros países possuíam.

A forte atuação do conselheiro Chaves no Conselho e a quantidade de propostas apresentadas por ele demonstram um interesse em pôr em prática as ideias liberais contidas em sua obra *Memórias Economo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, principalmente quando se trata de reconhecer a importância do poder Legislativo pois, mesmo

<sup>119</sup> Nestas eu insiro a 3ª representação, de implantação de uma Alfândega na localidade de São José do Norte; 4ª proposta, de melhoramento da navegação do Rio Grande; a 5ª proposta, solicitando um farol para a Barra de Rio Grande e a 9ª proposta, voltada para a guerra e o comércio do Rio da Prata e da Província.

<sup>120</sup> A 6ª proposta e a 11ª abordam assuntos voltados aos roubos de gado no campo e aos Registros de Tropas destes animais.

<sup>121</sup> Cito a 3ª proposta e a 2ª representação. As outras propostas não se encaixam neste padrão apresentado, apresentando um caráter mais de necessidade interna do Conselho, como demonstram a 6ª representação e a 7ª proposta, esta última tratando a respeito do único jornal até então existente na Província, que deveria conter as atas e discussões do Conselho; e por último a 8ª representação, de caráter mais local, tratando da ordem na localidade de São Luiz, em Missões.

<sup>122</sup> Marcia Miranda Eckert, como já mencionado, afirma que a Guerra da Cisplatina trouxe uma ruína da imagem do Império e do próprio Imperador para as elites sulistas. Segundo a autora, aqui já ocorria o início de uma movimentação que culmina na Guerra dos Farrapos; de fato, isso fica perceptível na leitura do primeiro Projeto de Representação do Conselho Geral da Província de São Pedro. Cf. MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

<sup>123</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834. p. 13.

não tendo poder legislador como conselheiro, Chaves apresentou propostas elaboradas e detalhadas, com um certo caráter de quem legisla; talvez por isso, mais tarde, o charqueador tenha também atuado como deputado na primeira Assembleia Legislativa provincial.

Em segundo lugar, como conselheiro que mais apresentou propostas, está o xará de Chaves, era o conselheiro Antônio José da Silva Guimarães. Durante esta primeira atuação do conselho, Guimarães apresenta três projetos que, entre si, também seguem uma linha de assunto mais específico, dos três, dois projetos demonstram uma certa preocupação a respeito da agricultura da Província. Esta preocupação não surge à toa e também tem seus motivos; Guimarães, como já apresentado, era comerciante, administrador de contratos de impostos régios e viu seus negócios crescerem por meio de seu matrimônio e sua inserção no mundo dos estancieiros.<sup>124</sup> As propostas de Guimarães apresentadas ao Conselho demonstram uma atenção ao melhoramento da agricultura, que movia a economia e o comércio provincial. A 4ª representação, de 13 de janeiro de 1829, demonstra as ganas em retomar a cultura do linho cânhamo em terras meridionais, solicitando ao Governo o envio de sementes do norte e definindo os trabalhadores que atuarão na lavoura

Cujos homens podem ser d'aqueles mesmos que em outro tempo servirão na Feitoria ou mesmo tirados das Colonias Estrangeiras, para dar até dois para cada hum Districto para os instruir e serão pagos pela Fazenda Publica.<sup>125</sup>

Neste mesmo projeto, Guimarães apresentou um artigo que solicitava ao Imperador a isenção do recrutamento de primeira e segunda linha aos filhos de lavradores que se destacarem no cultivo do linho. O 7º projeto de representação também vai ao encontro com este anterior apresentado nele, Guimarães solicita, ao Governo, instrumentos para um maior avanço na agricultura tão atrasada da Província.

Por último, os conselheiros Américo Cabral de Mello, Feliciano José Rodrigues Prates, Júlio Cezar Muzzi, Antônio Pereira Ribeiro e Marciano Pereira apresentaram uma proposta cada, uma delas possuía um perfil de caráter interno do funcionamento do Conselho, como a solicitação de uma sede para as reuniões, outras duas pertenciam aos assuntos voltados às obras públicas, fazendo solicitações ao Governo para a construção de uma cadeia e indicando de quem seriam os gastos desta obra; depois temos a proposta de Feliciano José

---

<sup>124</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>125</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834. p. 15-16.

Rodrigues Prates que apresenta a necessidade de diminuir as distâncias percorridas por testemunhas criminais que residiam afastadas das vilas, tendo que abandonar seu arado, sua família e sem subsistência para passar dias longe de suas propriedades. Como proposta, Rodrigues Prates apresenta que as residências das testemunhas não excedam mais de três léguas em relação ao local do crime.

Júlio Cezar Muzzi, como doutor, apresenta uma proposta muito interessante voltada para a saúde pública<sup>126</sup>. Neste texto Muzzi solicita que cirurgiões presentes na Corte do Rio de Janeiro e em outras cidades do império se estabeleçam nas Freguesias e Povoações da Província de São Pedro. Além disso, o médico conselheiro propunha que estes profissionais fossem remunerados com *ordenados*:

[...] ficando elles obrigados por esses ordenados a curarem gratis não somente os pobres, e a propagarem a vacinação para abster aos funestos effeitos da bexiga natural cuja epidemica invasão tem feito, ou causado tantos milhares de victimas.<sup>127</sup>

Evidencia-se, nesta proposta, a preocupação de Muzzi quanto à saúde pública e, principalmente, quanto à vacinação contra a bexiga, também conhecida como varíola. Muzzi passou a residir em Porto Alegre após a chegada da família real em terras coloniais, antes disso, o doutor viveu no Rio de Janeiro e teve contato ativo na chegada da vacina naquela região, tendo seu irmão, Hercules Octavio Muzzi, (também doutor), como responsável pela vacinação da corte.<sup>128</sup>

Para completar o texto do projeto, Muzzi também apresenta a defesa da criação de uma Escola que ensine Anatomia, Cirurgia e suas operações, Instituições médicas, Medicina na Prática, Matéria Médica, Farmácia e História Natural, com o objetivo de formar médicos na Província de São Pedro.<sup>129</sup>

Analisando todas as propostas apresentadas pelo Conselho, com um olhar mais sistemático e pensando na abordagem de grandes temas, de âmbito provincial, podemos dividir estes projetos em quatro importantes assuntos, que parecem ser latentes nas discussões desta primeira atuação do órgão.

<sup>126</sup> É perceptível o interesse de Muzzi neste assunto já que, antes de atuar no conselho, ele já havia apresentado um movimento para a vinda da vacina contra a varíola para a província de São Pedro. Cf. ALBERTON, Mirele. “*Das providencias, que se tem dado a respeito da saude publica*”: enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

<sup>127</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834. p. 12.

<sup>128</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>129</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, *op. cit.*, p. 12.



A primeira abordagem diz respeito à administração da justiça provincial, mais especificamente sobre a atuação dos juízes de paz. Neste sentido é importante ter em consideração que o cargo de juiz de paz era uma criação recente, de 1827, e própria do período pós-independência brasileiro, onde reformas liberais que desvinculassem o Brasil do passado colonial estavam sendo criadas, no âmbito do judiciário. Neste contexto, "o cargo de juiz de paz foi originalmente concebido para ser ocupado por magistrados leigos, sem necessidade de formação jurídica ou conhecimento das leis, eleitos conjuntamente e de forma semelhante aos vereadores da Câmara, em caráter de voluntariedade."<sup>130</sup>

Basicamente este era um cargo eleito localmente com funções tanto políticas quanto jurídicas, concentradas em organizar as listas de cidadãos com direito ao voto, em prender e organizar o julgamento de criminosos e em buscar provas criminais.<sup>131</sup> Neste sentido, os projetos apresentados pelo Conselho a respeito da organização policial na Província, objetivam definir com maiores detalhes as atuações dos juizados de paz, responsabilizando-os pela polícia e pela pacificação de seus respectivos distritos. Um dos projetos elaborados, aborda a organização das Assembleias do Povo pelos juízes de paz, no surgimento de assuntos urgentes, que comprometam a segurança do distrito. Nestas Assembleias era obrigatório o comparecimento de todo o cidadão brasileiro que residisse até duas léguas do distrito, podendo participar das eleições apenas um representante por família que possuísse poder de voto.

Como segunda abordagem principal das propostas do Conselho em âmbito provincial, cito o tema da saúde pública. Este assunto está contido em apenas um projeto, apresentado pelo Dr. Muzzi. A importância desta discussão está, principalmente, no contexto em que ela foi travada: em meio a um grande surto de varíola que, junto com outras doenças como o sarampo e as disenterias, resultou em milhares de vítimas no início do século XIX.<sup>132</sup> A vacina contra a varíola chega na Província de São Pedro após 1820,<sup>133</sup> poucos anos antes da apresentação deste projeto. Além disso, o projeto de Muzzi torna-se ainda mais instigante ao solicitar a vinda e a formação de cirurgiões e doutores que atuem em todas as localidades da Província, visando a resolução do problema da falta de profissionais da saúde na região sul.

---

<sup>130</sup> CODA, Alexandra. *Os eleitos da Justiça: a atuação dos juízes de paz em Porto Alegre (1827-1841)*. 2012.

171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 61-62.

<sup>131</sup> *Ibid.*

<sup>132</sup> ALBERTON, Mirele. *“Das providencias, que se tem dado a respeito da saude publica”*: enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. p. 73.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 76.

Em sua dissertação, Michele Alberton reconhece a figura de Muzzi como importante no âmbito da vacinação e da saúde pública para a cidade de Porto Alegre.

A logística de infraestrutura visando o comércio fornece o terceiro assunto central das propostas do Conselho. Neste sentido, o Porto de Rio Grande era tido como possibilidade de enriquecimento e grandes trocas comerciais, principalmente neste período entre a Guerra da Cisplatina e a Guerra dos Farrapos, onde há um crescimento nas atividades mercantis, resultando em investimentos voltados a embarcações e ao comércio urbano.<sup>134</sup> Neste sentido, os projetos visando o melhoramento da logística e da infraestrutura do porto de Rio Grande adquirem um interesse que ultrapassa as barreiras do âmbito local e atingem os interesses de âmbito provincial, já que este era o principal porto de importação e exportação da Província, afirma que mantinha um intenso comércio de diversas mercadorias com os portos do Brasil, em especial com Rio de Janeiro e Bahia, além de também ter relações com o Rio da Prata.<sup>135</sup>

Como quarto tema principal que pautou os projetos do Conselho, destaco os assuntos voltados ao melhoramento das condições agrícolas provinciais, especialmente em relação ao cultivo de linho cânhamo que, ainda nos tempos coloniais, possuiu uma política oficial de incentivo em terras meridionais, impulsionada tanto por interesses políticos: voltados à ocupação portuguesa das disputadas terras meridionais; quanto por interesses econômicos: visando a um melhoramento na balança comercial lusa.<sup>136</sup> A primeira Real Feitoria de Linho Cânhamo foi erguida em 1783, na Ilha de Canguçu, mais tarde, em 1803, foi transferida para a margem esquerda do Rio dos Sinos, onde em 1824 passa a ser extinta com a fundação de São Leopoldo.<sup>137</sup> Por tratar-se de um negócio que, no ramo da agricultura, foi produtivo para a Província, é compreensível que o Conselho solicite um novo fomento a este cultivo, especialmente por tratar-se de *hum dos principais objectos para hu'a Potencia matitima, como a nossa*.<sup>138</sup>

---

<sup>134</sup> BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Nesta tese, Berute constrói uma análise a respeito das atividades mercantis do início do século XIX na Província de São Pedro, abordando os contratos de negociantes responsáveis pela importação e exportação de mercadorias.

<sup>135</sup> *Ibid.*

<sup>136</sup> WEHLING, Arno. Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976), 1979, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: IHGB, 1979. [n.p.].

<sup>137</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista Acadêmica Licencia & Acturas*, Ivoti, v. 5, n. 2, p. 37-43, jul./dez. 2017.

<sup>138</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834. p. 15-16.

Os quatro grandes temas: sobre a administração da justiça, a saúde pública, a logística de infraestrutura comercial e o incentivo agrícola, do qual os projetos apresentados pelo Conselho estão divididos, demonstram assuntos mais latentes que preocupavam os homens envolvidos na política provincial. Estas discussões, próprias de âmbito regional, foram apresentadas para o Conselho Geral da Província, onde a oportunidade de exercer os primeiros caminhos de uma política de nível provincial se fez presente.

**Quadro 2** – Tabela de projetos apresentados durante a primeira experiência do Conselho Geral da Província de São Pedro (dez. 1828 - jan. 1829)

<b>Projetos</b>	<b>Datas</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Autoria</b>
1ª proposta	3 de dezembro de 1828	Solicitação de uma sede para as reuniões do CG	Américo Cabral de Mello
2ª proposta	3 de dezembro de 1828	Redução das distâncias percorridas por testemunhas de crimes que residem distantes de vilas	Feliciano José Rodrigues Prates
3ª proposta: Projeto de Resolução	9 de dezembro de 1828	Projeto com 13 artigos que organiza a administração policial e municipal da Província	Antônio José Gonçalves Chaves
4ª proposta: Projeto de Resolução	10 de dezembro de 1828	Projeto com 24 artigos para o melhoramento da navegação do Rio Grande	Antônio José Gonçalves Chaves
5ª proposta	11 de dezembro de 1828	Solicitação ao presidente da Província e ao Governo de um farol na Barra de Rio Grande, reconhecendo esta necessidade contida na <i>Falla do Presidente aos conselheiros</i>	Antônio José Gonçalves Chaves
6ª proposta: Projeto de Resolução	12 de dezembro de 1828	Projeto com 12 artigos que passa a responsabilidade da resolução de controvérsias entre estancieiros, criadores proprietários e lavradores por conta de seus gado, aos encargos dos juízes de paz	Antônio José Gonçalves Chaves
7ª proposta: Projeto de Resolução	13 de dezembro de 1828	Projeto com 4 artigos tratando a respeito da circulação do jornal da Província, o Constitucional	Antônio José Gonçalves Chaves

<b>Projetos</b>	<b>Datas</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Autoria</b>
		Rio-Grandense, que deve conter as atas do Conselho	
8ª proposta	16 de dezembro de 1828	Proposta voltada à saúde pública da Província	Dr. Julio Cezar Muzzi
1ª Representação: projeto de representação	9 de dezembro de 1828	Projeto de Representação a Assembleia Geral, e ao Poder Executivo conjuntamente na forma da Constituição Artigo 83 §4 <sup>139</sup> , sobre a guerra e os comércios a respeito do Rio da Prata e da Província	Antônio José Gonçalves Chaves
2ª Representação: projeto de representação	13 de dezembro de 1828	Projeto voltado para a perda de provas criminais pela ineficiência do Corpo de Delito e incompetência das testemunhas	Antônio José Gonçalves Chaves
3ª Representação: projeto de representação	22 de dezembro de 1828	Solicitação de uma mesa de despacho ou consulado para os povos de São José do Norte que, até então, possuíam uma Alfândega provisória, (que originalmente localizava-se na Vila de Rio Grande de São Pedro), por conta da guerra	Antônio José Gonçalves Chaves
4ª Representação: projeto de representação	3 de janeiro de 1829	Contendo 13 artigos este projeto visa uma recuperação da cultura de Linho Cânhamo na Província, buscando lavradores inclusive nas Colônias Estrangeiras	Antônio José da Silva Guimarães
5ª Representação: projeto de representação	3 de janeiro de 1829	Assunto urgente sobre a impossibilidade de o Conselho cumprir com os encontros durante o mês de janeiro, devido à falta do	Antônio José da Silva Guimarães

<sup>139</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834. p. 13.

Projetos	Datas	Conteúdo	Autoria
		presidente, vice-presidente, secretário e suplente.	
6 <sup>a</sup> Representação: projeto de representação	3 de janeiro de 1829	Apresenta a necessidade de imprimir os projetos após a segunda ao Conselho, a custo da Fazenda Pública, para que os conselheiros possam analisar e discutir. Também aborda o não seguimento das sessões por ausência do presidente e secretário, com falta de explicação no regimento	Antônio José Gonçalves Chaves
7 <sup>a</sup> Representação: projeto de representação	9 de janeiro de 1829	Solicitação ao Imperador que remeta ao Presidente da Província modelos de instrumentos de lavoura e instrutores que ensinem a usá-los já que, na Província, a agricultura estava atrasada <i>pois que não se conhecem outros instrumentos além do simples arado e a enxada</i> <sup>140</sup>	Antônio José da Silva Guimarães
9 <sup>a</sup> proposta	10 de janeiro de 1829	Proposta para que o poder executivo autorize a Junta da Fazenda <i>para assistir com o necessário à fundação</i> <sup>141</sup> do edifício da cadeia de Porto Alegre, localizada na rua da Praia; já que a Comarca não possui recursos para esta obra que apresenta urgência, pois os presos adquirem muitas enfermidades devido à impuridade do ar	Antônio Pereira Ribeiro
10 <sup>a</sup> proposta	13 de janeiro de 1829	Solicitação ao Imperador para que se supra anualmente pelo cofre da Fazenda Pública as necessidades dos presos, já	Marciano Pereira Ribeiro

<sup>140</sup> CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]: Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834. p. 18.

<sup>141</sup> *Ibid.*

<b>Projetos</b>	<b>Datas</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Autoria</b>
		que as Comarcas não dispõem de rendimentos para tal ação	
8 <sup>a</sup> Representação: projeto de representação	13 de janeiro de 1829	Apresenta a necessidade de nomeação de um juiz letrado para amparar a população e estabelecer a ordem na localidade de São Luiz em Missões que, em 1817, foi elevada à categoria de vila	Antônio José Gonçalves Chaves
11 <sup>a</sup> proposta: projeto de resolução	12 de janeiro de 1829	Projeto com 38 artigos solicitando providências quanto ao roubo de animais e a falta de polícia sobre Registros de Tropas de gados e outros animais	Antônio José Gonçalves Chaves
12 <sup>a</sup> proposta	-	Para que este Conselho delibere a final dirigir huma Resolução à Assembléa Geral Legislativa, pedindo para esta Capital o Assento d'huma Redação que conheça das causas judiarias em sgd <sup>a</sup> , e última instancias na forma da Constituição, ponderadas as urgentes razões que há a favor dos nossos coprovincianos a bem da criação deste Tribunal	-

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que respostas e certezas, a elaboração deste trabalho me gerou caminhos e novos horizontes para futuras pesquisas.

Trabalhar com o Conselho Geral da Província de Rio Grande de São Pedro, tendo em consideração que foi o primeiro órgão de atuação política em âmbito regional, auxiliando e guiando os primeiros passos de uma elite que atuava, até então, em nível local; apresentou-se como um grande desafio para mim já que, até então, não existem pesquisas que abordam diretamente o funcionamento e as discussões deste órgão nesta Província. A dificuldade tornou-se ainda maior quando descobri que a documentação oficial do Conselho: livros de atas e livro de propostas, não possui versão transcrita e tampouco digitalizada, resultando apenas no trabalho com as fontes manuscritas conservadas fisicamente no arquivo.

O Conselho Geral de Província surge em um contexto em que as elites provinciais apresentavam vontades de uma maior autonomia regional, muitas vezes combatendo os projetos centralizadores de nação. No caso do Conselho na Província de São Pedro, é perceptível o intuito da construção de projetos que supram as demandas consideradas necessárias em âmbito provincial, deste modo, uma elite regional se concretiza e passa a ter espaços institucionais de poder, como o Conselho Geral que, mais tarde com maior autonomia, torna-se a Assembleia Legislativa.

Percebe-se que, assim como afirma Dolhnikoff em *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*, as elites regionais fizeram parte dos projetos de construção nacional e, considerando o trabalho apresentado, as elites meridionais do Brasil pós-independente também compuseram este cenário. Neste sentido, a criação dos Conselhos Gerais de Província instrumentou as elites provinciais para o desenvolvimento de uma maior autonomia.

Levando isso em consideração, o que desenvolvi neste trabalho foi apenas uma pequena demonstração desta primeira atuação do Conselho e sua composição em uma Província fronteira, com tradição voltada para a guerra.

Algumas possibilidades e caminhos para futuras produções foram deixadas por este trabalho. O primeiro, sem dúvida, é o de uma análise mais profunda e criteriosa a respeito do perfil de homens que compunham o Conselho, através da prosopografia seria possível obter uma maior compreensão a respeito da origem, profissão e condição socioeconômica destes conselheiros. Como segunda possibilidade acrescento o desenvolvimento de uma análise que se estenda para os outros anos de atuação do Conselho na Província, levando em consideração tanto o primeiro, 1828, quanto o último, 1834; que caracterizam anos de saída e entrada de

importantes conflitos sofridos pela região: o primeiro pela Guerra da Cisplatina e o segundo pela Guerra dos Farrapos. Uma personagem que se demonstrou muito interessante e, talvez, até protagonista desta primeira atuação do Conselho, foi Gonçalves Chaves. Este praticamente clama por uma análise da sua obra *Memórias Economo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, em comparação com as propostas apresentadas posteriormente por ele no órgão provincial. Talvez a última questão que tenha ficado mais latente com este trabalho, é o motivo de poucos conselheiros terem atuado na primeira sessão da Assembleia Legislativa. Levando em consideração que as elites apresentavam interesses por uma maior autonomia de suas províncias, é de se considerar o porquê, no Rio Grande de São Pedro, menos da metade dos conselheiros atuou, posteriormente, no órgão Legislativo.

Certamente, além dessas, há outras tantas possibilidades de desdobramentos do trabalho aqui desenvolvido que, espero, possam ser realizadas futuramente.



**FONTES****Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul**

- Livro de Atas nº 1 do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1831);
- Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro.

## REFERÊNCIAS

- AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALBERTON, Mirele. “*Das providencias, que se tem dado a respeito da saude publica*”: enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Reminiscências de um tempo escolar: memórias do professor Coruja. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan./abr. 2006.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 18 jul. 2022.
- BRASIL. *Lei de 27 de agosto de 1828*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1828. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-27-8-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-27-8-1828.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CODA, Alexandra. *Os eleitos da Justiça: a atuação dos juízes de paz em Porto Alegre (1827-1841)*. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- COMISSOLI, Adriano. A vila coroada: perfil social dos vereadores de Porto Alegre (1808-1828). In: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 7, 2009, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: CORAG, 2009. p. 141-162.

CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.  
*Livro de Atas n. 1 do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1831)*. [S.l.]:  
Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1831.

CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.  
*Livro de Propostas do Conselho Geral da Província de São Pedro (1828-1834)*. [S.l.]:  
Memorial do Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, 1834.

COSTA, Renata Soares. *Os homens, os termos e seus significados: a construção do vocabulário político no Rio Grande de São Pedro e na Cisplatina entre os anos de 1821 e 1825*. 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. *In: JANCSÓ, István (org.). Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 53-118.

CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista Acadêmica Licencia & Acturas*, Ivoti, v. 5, n. 2, p. 37-43, jul./dez. 2017.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. *In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 431-468.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Renata Silva. *As Províncias do Império e o “governo por Conselhos”*: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). 2018. 733 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

JANCSÓ, István. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. p. 75-127.

LEME, Marisa Saenz. Entre o Congresso de Lisboa e a constituinte brasileira: concepções de Estado do empresário luso-gaúcho Antônio José Gonçalves Chaves. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 77, p. 57-79, 2018.

MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

MIRANDA, Marcia Eckert. Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 1-10.

MIRANDA, Márcia Eckert. Ao Sul das Cortes: a independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/65334>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MOREIRA Paulo Roberto. “Por ser seu escravo e em consequência seu capital inimigo”: tráfico, escravidão e criminalidade (RS, século XIX). *RHGRGS*, Porto Alegre, n. 161, p. 13-51, dez. 2021.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. *Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834)*. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PICCOLO, Helga Iracema. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: JANCSÓ, István. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 571-613.

PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.

PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a Experiência Cisplatina (1817-1828). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. p. 755-790.

SEIDL, Ernesto. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no exército brasileiro (1850-1930). *RePOCS*, [s.l.], v. 17, n. 33, p. 69-92, jan./jun. 2020.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte*. Santa Maria: UFSM, 2010.

WEHLING, Arno. Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro. *In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976)*, 1979, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: IHGB, 1979. [n.p.].